

REVISTA CENÁRIO

JULHO DE 2022 • ANO 03 • N.º 25 • R\$ 15,99

AMAZÔNIA



***Vital para manutenção das florestas na Amazônia, a
Zona Franca de Manaus tornou-se alvo de ataques
do presidente Jair Bolsonaro, apesar de render
bilhões à União***

Ou nós salvamos a Amazônia agora, ou ela nunca mais vai nos salvar.

A Amazônia nos salva da falta de biodiversidade, da seca, das mudanças climáticas e até da fome. Duvida?

Pois a floresta é a casa de milhões de espécies, protege as nascentes dos rios, ajuda a estabilizar o clima e a irrigar as plantações de alimentos do Centro-Sul.

Porém, a Amazônia nunca esteve tão ameaçada. O desmatamento está batendo recordes.

O Greenpeace Brasil está lutando para manter a floresta em pé há mais de 20 anos, monitorando o desmatamento, protestando e denunciando crimes ambientais. Somos independentes. Não aceitamos receber recursos de governos, empresas ou partidos políticos. Precisamos de pessoas como você para continuar a nossa luta.

Seja doador do Greenpeace
salveamazonia.org.br

A doação poderá ser utilizada de acordo com as demandas do Greenpeace Brasil.

GREENPEACE

Expediente

Diretora-Geral

Paula Litaiff – MTb-793/AM
www.paulalitaiff.com
paulalitaiff@revistacenarium.com.br

Gerente Administrativa

Elcimara Oliveira

Supervisora de Recursos Humanos

Edne Ramos
Gestores de Conteúdo – On-line
Omar Gusmão (1º turno)
Eduardo Figueiredo (2º turno)

Editora-Executiva – Revista Digital/Impressa

Márcia Guimarães

Editor-Executivo – TV Cenarium Web

Gabriel Abreu

Núcleo de Reportagem – On-line/Digital/Impresso

Ana Carolina Barbosa
Bruno Pacheco
Iury Lima – Correspondente/Rondônia
Eliziane Paiva
Ívina Garcia
Marcela Leiros
Priscilla Peixoto
Wânia Lopes – Colunista/Brasília

Fotojornalismo/Cinegrafia

Ricardo Oliveira
Jander Souza

Editor de Imagem

Emerson Leandro

Redes Sociais

Bruno Senna
Diego Sampaio

Designers

Thiago Alencar
Samuel Santos

Projeto Gráfico e Diagramação/Revista Digital/Impressa

Hugo Moura

Núcleo de Revisão

Adriana Gonzaga (On-line)
Gustavo Gilona (On-line)
Jesua Maia (Impresso)

Secretária-Executiva

Ana Pastana

Supervisor de Logística e Marketing

Orson Oliveira

Consultor Jurídico

Christhian Naranjo de Oliveira
(OAB 4188/AM)

Telefone Geral da Redação

(92) 3307-4394

Circulação

Manaus (AM), Belém (PA), Brasília (DF) e
São Paulo (SP)

AGÊNCIA CENARIUM O MELHOR CONTEÚDO EM MULTIPLATAFORMA



Revista Cenarium On-line
Revista Cenarium Impressa
TV Web Cenarium

Assine

A REVISTA CENARIUM, de responsabilidade da AGÊNCIA CENARIUM, pode ser encontrada na versão impressa, com o conteúdo digital disponibilizado gratuitamente em www.revistacenarium.com.br, ou remetida fisicamente, por meio de uma assinatura mensal no valor de R\$ 15,99 (frete grátis apenas para Manaus/AM).

Central de Atendimento | **92 3307-4394** (Fone Geral)
92 98564-1573 (WhatsApp)

8h às 17h De segunda a sexta-feira,
exceto feriados.

Editorial

A insegurança da Zona Franca de Manaus é risco à soberania

“Integrar para não entregar”. Foi com esse lema que a Zona Franca de Manaus (ZFM) foi implementada, no Amazonas, entre o fim da década de 1950 e os anos de 1960, com a instalação do Polo Industrial para promover uma integração regional e garantir a soberania nacional. Hoje, o modelo econômico é o principal responsável pela preservação de mais de 90% das florestas.

No período de criação da ZFM, os governos militares temiam que a região amazônica – por conta do seu isolamento geográfico e sua incalculável grandeza ambiental – ficasse vulnerável às potências mundiais e fosse anexada a outros países. Nos últimos dez anos, o País perdeu esse medo e o modelo passou a ser alvo de desmonte.

A edição de julho da REVISTA CENARIUM pretende explicar aos brasileiros que não vivem na Amazônia por que o modelo econômico ZFM é essencial para o País e, com matérias embasadas, buscará desmitificar a ideia de que a região é qualquer tipo de “Paraíso Fiscal”.

Entre as principais preocupações do mundo, a Amazônia tem mais de um terço de sua área geográfica situada no Amazonas, onde está instalada a Zona Franca. O modelo, além de garantir a preservação ambiental, gera mais de 100 mil empregos diretos e indiretos e é responsável por quase 50% da receita que a Região Norte entrega à União, ao ano.

Um dos maiores estudiosos sobre a economia da Amazônia, Samuel Benchimol (1923-2002) avaliou que somente uma política nacional consistente, uma população mais consciente e uma estratégia objetiva poderiam salvar a Amazônia do isolamento e da vulnerabilidade socioeconômica.

Vulnerabilidade essa que pode ser potencializada com a revolta de seus habitantes que, em meio à instabilidade, organizam-se em movimentos “independentistas”, com o apoio de outros países, a exemplo do movimento Cabanagem 4.0, noticiado pela REVISTA CENARIUM em 2020, e que, a cada dia, ganha mais adeptos sob a égide estrangeira.

Diante deste cenário de insegurança no Norte, é preciso explicar para Brasília e para a Avenida Paulista que não é a Zona Franca de Manaus que precisa do Brasil, mas o País que precisa do modelo para continuar ou, pelo menos, tentar manter o seu domínio sobre a Amazônia. ■



Paula Litaiff
Diretora-Geral

Zona Franca ameaçada

Não é de agora que a Zona Franca de Manaus (ZFM) sofre ataques ao seu modelo de incentivos fiscais. Mas, salvo engano, nunca os golpes foram tão sistemáticos e contundentes como os desferidos pelo atual governo federal. Se antes havia alguma resistência à prorrogação do modelo na Constituição Federal ou ataques pontuais à competitividade de algum setor específico, agora há múltiplas medidas que, se mantidas, matarão à míngua o Polo Industrial de Manaus (PIM), onde se materializa o incentivo com fábricas que, sem a isenção fiscal, jamais estariam na Amazônia.

Quando foi criada pelo Decreto-Lei n.º 288, de 1967, a Zona Franca de Manaus trazia consigo o contexto político-econômico e social do regime militar, que queria manter povoadas regiões mais isoladas para tentar impedir investidas comunistas e americanas. O modelo teria validade por 30 anos, até 1997.

De lá para cá, já se vão 55 anos, quatro prorrogações da vigência do modelo (agora até 2073) e algumas batalhas perdidas que levaram grandes empresas a deixar a região. Nesse período, a ZFM trouxe transformações, nem todas boas, mas houve desenvolvimento, gerou-se renda e emprego.

Segundo a Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), o PIM fechou o primeiro trimestre de 2022 com faturamento de R\$ 39,5 bilhões, crescimento de 9,62% em relação ao mesmo período do ano passado (R\$ 36,04 bilhões), e com 104.205 empregos diretos (500 mil indiretos).

Em 2021, o faturamento anual foi de R\$ 158,2 bilhões. A fatura, ao contrário do discurso de “paraíso fiscal” do governo federal, rendeu à União mais de R\$ 15 bilhões no ano passado, ou 48,71% da arrecadação federal da 2ª Região Fiscal da Receita Federal.

Ignorando os números da Zona Franca de Manaus que falam por si, o governo federal parece não se importar com o destino da população da região sem a força motriz de sua economia. Há pontos falhos? Sim. Mas, em vez de propor soluções, o governo acha melhor apenas enterrar de vez. As empresas irão embora, podem lucrar em outro lugar, mas e os que vivem na região? O governo esquece que sua obrigação é governar para todos e não para si.

Como bem diz o músico Criolo: “meninos mimados não podem reger a nação”. ■



Márcia Guimarães
Editora-Executiva



Imagem que fala por si

A foto de capa da REVISTA CENARIUM, edição n.º 24, de junho de 2022, nos remete a uma profunda reflexão. Ela, a capa, prescinde de texto. Ali, estão a nos olhar o indigenista Bruno, o jornalista Dom, o sindicalista e ambientalista Chico Mendes, a missionária Dorothy Stang... e outros. Do cruel assassinato de Chico Mendes, em 1988, a Bruno e Dom, mortos em 2022, só não mudaram, como nos revela as entrelinhas da matéria de capa, o abandono da Amazônia, a ausência de políticas públicas que a preservem e o descaso com a violência e a ação ilegal de madeireiros e garimpeiros. As pessoas morrem e a Amazônia também falece, não só espacialmente, mas, e principalmente, moralmente. Entristece e envergonha assistir à mutilação amazônica e o “gritante” silêncio, que nos remete à omissão desavergonhada de “autoridades” e de poderes públicos e privados, de boa parte da nossa sociedade (amazônica e não amazônica) vitimada pelo subproduto do nada e do não. Parabéns a todos vocês da REVISTA CENARIUM. Edição primorosa. Conteúdo corretíssimo. ■

Roberto Nogueira Ferreira – Presidente de Consultores Associados RN Ltda.
Brasília – DF

Reportagens de relevância

Parabéns à REVISTA CENARIUM pelas reportagens “À beira da extinção” e “Cale-se”, ambas, dignas de serem lidas por todos os brasileiros pela relevância e importância dos assuntos de que tratam. Estou muito impactada com a real possibilidade de desaparecimento dos saúns-de-coleira e não fazia ideia das dificuldades enfrentadas pelos que tentam trabalhar pelos povos amazônicos. Triste realidade que eu não conseguia dimensionar. ■

Rosimeire Oliveira Serra
Manaus – AM

Despertar da leitura

A REVISTA CENARIUM tem despertado a minha vontade de ler, pois ela vem recheada de assuntos sobre a nossa Amazônia, nos deixando a par de tudo o que está acontecendo. Sou encantada com o Norte e, principalmente, com a Amazônia, que é riquíssima, conhecida por muitos como pulmões do nosso País. ■

Lucia Lucilene - Bibliotecária
Boa Vista - RR

Desafios na Amazônia

A REVISTA CENARIUM, de junho, mostra bem os desafios de quem cuida da floresta. ■

Ellen Campos - Professora
Boa Vista - RR

Abordagem jornalística

A REVISTA CENARIUM está de parabéns pela abordagem que fez sobre as mortes de Dom Phillips e Bruno Pereira, vítimas da tragédia no Vale do Javari. ■

Márcia Amorim
Boa Vista - RR

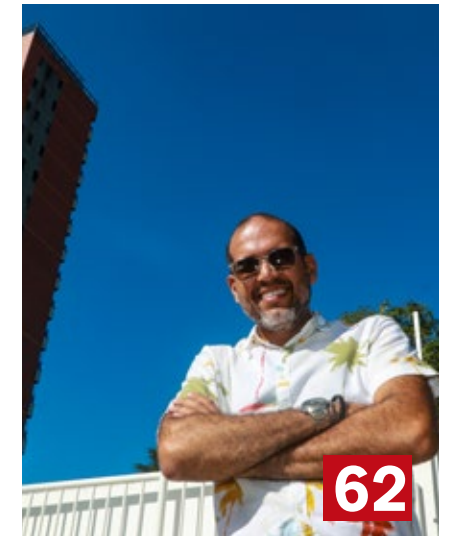
Assuntos relevantes

Já ansioso pela próxima edição da CENARIUM, sempre com assuntos relevantes para a Amazônia. ■

Daniel Monteiro
Manaus – AM

Sumário

Julho de 2022 • Ano 03 • Nº 25



► MEIO AMBIENTE & SUSTENTABILIDADE

Eco 92: 30 anos de poucos avanços08
Monitoramento inteligente10

► CENARIUM+CIÊNCIA

Bio+Economia+Digital12
Investimento em pesquisa sustentável14

► PODER & INSTITUIÇÕES

Lei pró-garimpo.....16
‘Reconhecimento do povo’18
Diagnóstico rápido20
Inovação para atendimento.....22
Coluna Via Brasília24

► ECONOMIA E SOCIEDADE

PRODUZIDO NO POLO INDUSTRIAL DE MANAUS

ZFM rende R\$ 15 bi à União26
Matrizes complementares31
Bioeconomia: aliada e incentivo34
Visão ‘sulista’36
A essencialidade dos incentivos fiscais.....38
Ratanabá se sobressai ao caso
Dom e Bruno no Google44

‘Essa redução do IPI não foi a melhor decisão’50

► POLÍCIA & CRIMES AMBIENTAIS

Omissão que mata52
‘Bancada do crime’ em Roraima.....54

► MUNDO E CONFLITOS INTERNACIONAIS

Copa do Mundo: desafio das
mulheres na arbitragem56

► ARTIGO – FLÁVIO HENRIQUE DE FREITAS

A injustiça da Justiça57

► ENTRETENIMENTO & CULTURA

‘A felicidade precisa de loucura’58
‘Soul do Monte’: Coletivo investem cultura,
educação e inclusão60

► VIAGEM & TURISMO

Vendedor de experiências62
Turismo ‘na palma da mão’66

► DIVERSIDADE

Reconhecimento social68

► ARTIGO – MARCUS LACERDA

Um médico anfíbio.....70



O evento reuniu mais de 150 países e é considerado um marco na história da luta contra as mudanças climáticas

Crédito: Reprodução Internet

Eco 92: 30 anos de poucos avanços

Conferência pioneira na discussão sobre as mudanças climáticas completou três décadas com cenário de perspectiva de ‘colapso’

Marcela Leiros – Da Revista Cenarium

MANAUZ (AM) – Há 30 anos, entre os dias 3 e 14 de junho, aconteceu, no Rio de Janeiro, a primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Eco-92). O evento reuniu mais de 150 países sendo considerado um marco na história da luta contra as mudanças climáticas, sendo o primeiro a contar com a presença massiva de governos, sociedade civil e iniciativa privada em prol de um único interesse: definir medidas para enfrentar os problemas crescentes da emissão de gases causadores do efeito estufa.

Mas, apesar de tanto tempo ter passado, especialistas em meio ambiente analisaram que houve pouco avanço e que o colapso da vida humana na terra está em um horizonte não muito distante, e a Amazônia está no centro desse acontecimento.

A socioambientalista Muriel Saragoussi integrou a organização do evento. À época copresidente da Comissão Internacional de ONGs e Movimentos Sociais para a Eco-92, participou da mobilização da sociedade civil para a conferência, que ocorreu no Rio-Centro. “Foi, efetivamente, o primeiro evento onde se discutiu não só

o meio ambiente, mas também o desenvolvimento. Não só conceitos, mas ideias práticas de como caminhar para a sustentabilidade”, explicou ela à reportagem.

Entre os resultados mais importantes da Eco-92 estavam as assinaturas de acordos relacionados à exploração dos recursos naturais do mundo e ao desenvolvimento sustentável, como a Agenda 21, a Convenção da Biodiversidade, a Convenção da Desertificação, a Convenção das Mudanças Climáticas, a Declaração de Princípios sobre Florestas, a Declaração do Rio sobre

Ambiente e Desenvolvimento e a Carta da Terra.

“Isso avançou? Avançou. A gente estaria bem pior se não tivesse tido isso [os acordos]. Agora, mesmo assim, avançamos pouco com relação àquilo que precisava ser feito, tanto que as mudanças climáticas estão aí. A gente já vê elas no nosso cotidiano, e se tivéssemos aplicado melhor aquilo que tanto os governos quanto a sociedade se comprometeram, e as empresas entre eles, não estaríamos na situação de estar contando centenas de mortos em eventos que são consequências das ações humanas”, falou Saragoussi.



Carlos Durigan, diretor da Associação para a Conservação da Vida Silvestre

Crédito: Ricardo Oliveira

“O colapso está vindo. Devagar, mas está vindo. Se a gente não mudar nossos modos de produção e consumo, nós vamos ter catástrofes climáticas primeiro e, depois, catástrofes da biodiversidade, que é a base da nossa alimentação, da nossa vida, que são gravíssimas”

Muriel Saragoussi, socioambientalista

PREOCUPAÇÃO

Diretor da Associação para a Conservação da Vida Silvestre (WCS Brasil), Carlos Durigan explica que no cenário do debate ambiental, na época, pesquisadores já alertavam sobre o “processo preocupante de mudanças climáticas”. A discussão se intensificou a partir do relatório “Nosso Futuro Comum”, ou “Relatório Brundtland”, que apresentava um estudo sobre os problemas ambientais mundiais após dez anos da Conferência de Estocolmo, e do relatório “Limites do Crescimento”, do Clube de Roma, um dos primeiros estudos científicos sobre preservação ambiental.



Muriel Saragoussi integrou a organização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento

Crédito: Divulgação

“Desde os anos 1960 e 1970, cientistas já alertavam sobre o processo preocupante de mudanças climáticas, mas era um debate que girava em círculos restritos e ainda havia carência tecnológica para comprovação de processos que, à época, eram aventados como causas deste processo. A partir dos anos 1990, tivemos um aumento importante de investimentos em ciência e em ações de conservação e, no caso do conhecimento, houve um avanço enorme que possibilitou não só medir e monitorar processos em curso, como de prever, com maior exatidão, o que pode vir a acontecer no futuro”, complementou. ■

Reflexos na Amazônia

Saragoussi lembrou que o avanço, nos últimos 30 anos, não foi suficiente para “frear” ou reverter as mudanças climáticas e eventos catastróficos, como as chuvas em Pernambuco e Petrópolis, e, até mesmo, na Alemanha, assim como as cheias e as secas históricas na Amazônia, são resultado do colapso que se aproxima, cada vez mais, e que levará a vida humana na Terra à extinção.

“Eu sei que parece muito catastrófico, mas a gente está caminhando para a extinção da vida como a gente conhece, a começar pela espécie humana. Não é algo que vá acontecer daqui a 20 anos, 30 anos, mas estamos contribuindo para

que aconteça muito mais rápido”, explicou a pesquisadora.

A Amazônia, mais especificamente a perda de grande parte da vegetação, é um dos pontos que contribuem para o ponto de não retorno. No artigo Pronounced loss of Amazon rainforest resilience since the early 2000s (“Perda pronunciada da resiliência da Floresta Amazônica desde o início dos anos 2000”, na tradução livre em português), os autores indicaram que o desmatamento associado aos efeitos das mudanças climáticas pode já ter feito a Floresta Amazônica atingir um Estado de desequilíbrio irreversível, capaz de transformá-la em savana, em apenas algumas décadas.

“A ciência nos mostra que chegamos a um ponto de não retorno. Isso significa que este processo de aquecimento global segue em marcha e isso se dá pela grande concentração de gases de efeito estufa na atmosfera, em especial o carbono proveniente da queima de combustíveis fósseis. Então, agora, o alerta é para que sejamos mais eficientes na redução destas emissões. Além disso, temos que estancar a destruição de nossas florestas, uma vez que elas nos ajudam capturando o carbono da atmosfera e são importantes aliadas na luta pela redução da concentração destes gases dispersos”, concluiu Durigan.



Crédito: Diego Peres | Secom

Monitoramento inteligente

Mapa interativo mostra informações atualizadas sobre a área de influência da BR-319

Gabriella Lira – Da Revista Cenarium

O site permite visualizar a região da rodovia, com suas categorias fundiárias, desmatamento, foco de calor, além de documentos oficiais

MANAUZ (AM) – Uma ferramenta que serve tanto para pesquisa quanto para monitoramento da região de influência da BR-319, rodovia que interliga 22 municípios na Floresta Amazônica. Esse é o mapa interativo lançado pelo Observatório BR-319 para facilitar a transparência e o acesso à informação sobre a área. O site permite visualizar a região da rodovia, com suas categorias fundiárias, desmatamento, foco de calor, além de documentos oficiais.

Ao acessar o site observatoriobr319.org.br/mapa é possível verificar informações sobre municípios, estradas, Unidades de Conservação (UCs), Ter-

ras Indígenas (TIs) e assentamentos federais que compõem a área, assim como os indicadores de desmatamento e focos de calor.

Com o objetivo de fortalecer a governança na região de influência da rodovia, o site tem como destaque a “Linha do Tempo”, ferramenta que mostra, em ordem cronológica, os acontecimentos que marcaram a história da Rodovia desde a década de 1970 até agora. Além de notícias atualizadas sobre a área, a ferramenta disponibiliza informativos e podcasts mensais, atualizações de casos de Covid-19 nas localidades, publicações e notas técnicas.

A secretária-executiva do Observatório BR-319 (OBR-319) e líder da Iniciativa de Governança Territorial do Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (Idesam), Fernanda Meirelles, destaca que há uma expectativa para que as informações colhidas contribuam na qualificação do debate a respeito dos impactos positivos e negativos da BR.

“Por meio do site, esperamos dar mais transparência ao processo de licenciamento da rodovia e trazer as informações necessárias para que as pessoas que são e serão atingidas pelo empreendimento possam participar do processo decisório”, afirma.

Observatório BR-319

O Observatório BR-319 foi fundado em 2017, a partir de uma reunião entre organizações da sociedade civil que possuíam um entendimento em comum de que antes que uma obra de infraestrutura aconteça é preciso que medidas de salvaguardas socioambientais existam como, por exemplo, o aumento da governança da região, ações de comando e controle com fiscalizações contínuas e efetivas, a real implementação das áreas protegidas e o reconhecimento territorial de povos e comunidades tradicionais.

Atualmente, a equipe atua em uma rede de instituições que possuem trabalhos complementares, reúnem, produzem, informam e fortalecem sua atuação conjunta na região.

O Mapa Interativo apresenta 13 municípios, 69 Terras Indígenas (TI) e 42 Unidades de Conservação monitorados pela rede, além de dados e informações sobre o local. O OBR-319 fez um recorte dos dados da Amazônia Legal, dos Estados do Amazonas e de Rondônia, TIs, UCs e municípios.

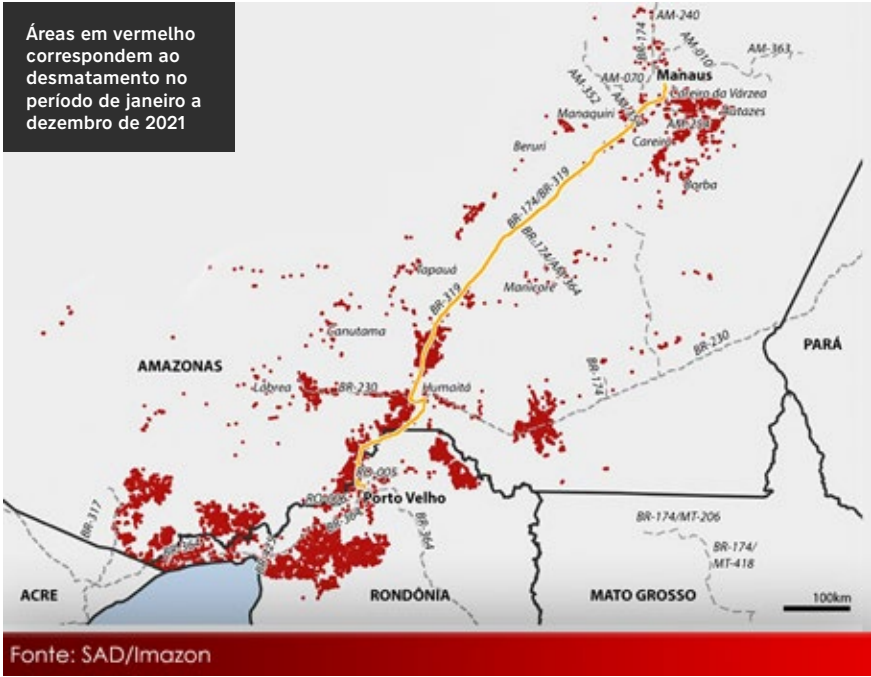
MAPA DO DESMATAMENTO

Segundo dados do Imazon, em 2021, o índice de desmatamento na área cresceu 41% e as queimadas 9%, em relação ao ano anterior. Ao fazer uma comparação, é possível perceber que na Amazônia Legal cresceu 28% no ano que passou, enquanto as queimadas caíram 32%.

O avanço das áreas em vermelho (no mapa) corresponde ao desmatamento durante o período de janeiro a dezembro de 2021, acendendo um alerta para a Amazônia, significando perda de sua capacidade de regeneração ecológica.

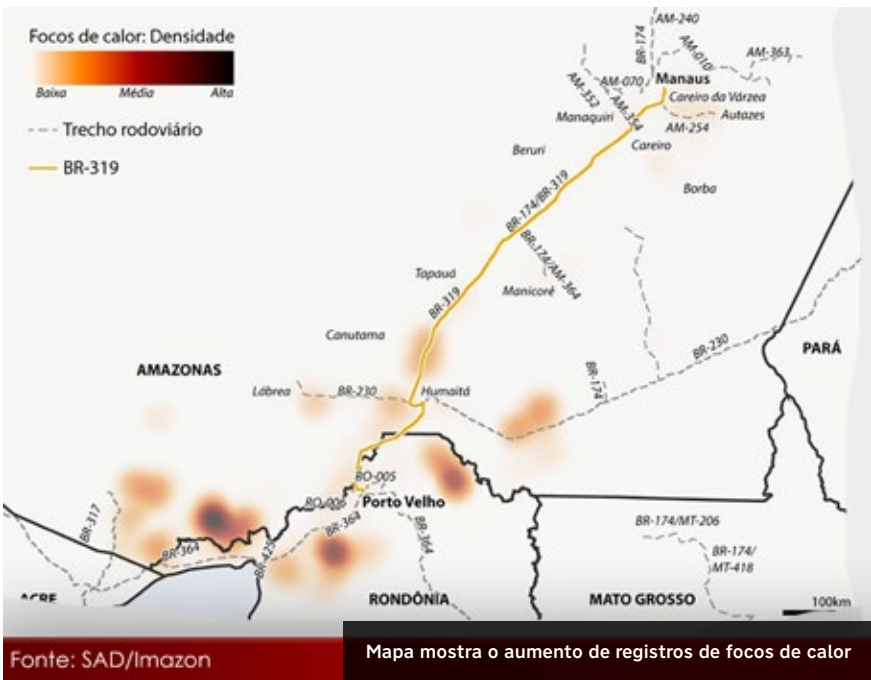
O aumento de registros de focos de calor também é um dado alarmante. Os 13 municípios impactados pela rodovia somaram mais de 10 mil focos em 2021, considerado um recorde nos últimos 12 anos, e aumento de 9% em relação a 2020. Os municípios de Lábrea e Tapauá registraram os maiores focos de calor da série histórica.

Áreas em vermelho correspondem ao desmatamento no período de janeiro a dezembro de 2021



Crédito: Mayana Lopes

Focos de calor: Densidade
Baixa Média Alta



Crédito: Mayana Lopes

Mapa mostra o aumento de registros de focos de calor

“Nós percebemos ao longo dos monitoramentos mensais de desmatamento que existem sucessivos meses de recorde quando comparamos ao ano passado e aos anos anteriores, uma das causas que pode estar contribuindo para a intensificação do desmatamento é a diminuição

da fiscalização, que acaba contribuindo para o aumento das atividades ilegais na região, e a gente vem percebendo que o anúncio da possibilidade de pavimentação da rodovia também contribui para a especulação fundiária na região”, afirma Meirelles. ■

CENARIUM +CIÊNCIA

Bio+Economia+Digital

Em três dias, ExpoAmazônia movimentou cerca de R\$ 20 milhões e teve mais de 16 mil visitantes

Ívina Garcia – Da Revista Cenarium

MANAUZ (AM) – Com mais de 16 mil visitantes, a primeira edição da ExpoAmazônia Bio&Tic impulsionou negócios e pré-investimentos estimados em torno de R\$ 20 milhões, melhora no networking das empresas e a promessa de alavancar os setores da tecnologia, do desenvolvimento sustentável e da bioeconomia na Amazônia. O evento teve o objetivo de discutir, integrar, consolidar e alavancar os polos de Bioeconomia e Digital da Amazônia, como vetores econômicos viáveis e sustentáveis para a manutenção da floresta e para o desenvolvimento socioeconômico dos povos da região. Durante três dias, a exposição realizada no Centro de Convenções Vasco Vasques, no início de julho, proporcionou 80 palestras com 120 palestrantes no total.

Em entrevista à REVISTA CENARIUM, Vânia Thaumaturgo, diretora-presidente da Associação do Polo Digital de Manaus (APDM), disse estar satisfeita com o resultado do evento. “A sensação é de conseguir ter atingido os objetivos e ter a satisfação de ter realizado um evento que trouxe uma energia muito bacana para o ecossistema, de ter ouvido das pessoas que gostaram demais e também o feedback em relação a essa questão de juntar dois ecossistemas, tanto de tecnologia da informação e comunicação quanto de bioeconomia e biotecnologia”, comentou.



A ExpoAmazônia Bio&Tic reuniu mais de 16 mil visitantes e 120 palestrantes

Crédito: Orson Oliveira



O GRUPO CENARIUM esteve presente na ExpoAmazônia com um estande de apresentação de seus produtos

Crédito: Ricardo Oliveira

Vânia pensa o mesmo que o atual gestor do Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA), Fábio Calderaro. Ele diz acreditar que o evento trouxe bons frutos para a região. “Deu muito certo essa junção e foi muito boa a receptividade do público, do ecossistema, dos empreendedores que conseguiram fazer bons negócios. Nós vimos também várias parcerias sendo firmadas, por isso, para a gente, foi um grande sucesso e estamos muito satisfeitos com esse resultado”, diz.

Aldo Evangelista, representante da comissão de Direito Digital da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), comentou sobre a exposição. “Foi muito bom não só pelo networking com as demais empresas e startups que estão aqui no evento, mas pelo público em geral que estava visitando a feira e parou no estande aqui conosco. Alguns, para entender sobre a comissão e outros surpresos por ver a OAB aqui. Dentro da comissão de direito digital tem a discussão com relação à tecnologia e à bioeconomia e em como conectar isso com as tecnologias digitais”, explicou.

Essa primeira edição da ExpoAmazônia foi promovida pela Associação do Polo Digital de Manaus (APDM), Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA), Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação (Sedecti), Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (Idesam) e Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa).

CENARIUM PRESENTE

Unindo inovação, meio ambiente e comunicação, o GRUPO CENARIUM participou da ExpoAmazônia com um estande. O espaço contou com a divulgação de exemplares da REVISTA CENARIUM impressa. O grupo apresentou também as novidades do jornalismo na Amazônia, por meio dos produtos da TV Cenarium e Amazon Agency.

“É satisfatório para toda a equipe do GRUPO CENARIUM fazer parte deste evento como aliada das pautas ambientais, defensora do contexto de inovação e divulgadora da economia tecnológica na Amazônia”, declarou a diretora do empreendimento, Paula Litaiff. ■



Crédito: Orson Oliveira

“A sensação é de conseguir ter atingido os objetivos e ter a satisfação de ter realizado um evento que trouxe uma energia muito bacana para o ecossistema”

Vânia Thaumaturgo, diretora-presidente da Associação do Polo Digital de Manaus (APDM).

Investimento em pesquisa sustentável

Mais de R\$ 52 milhões serão investidos na chamada do Programa Amazônia + 10, que vai apoiar pesquisas que contribuam para a resolução de problemas prioritários e para o avanço sustentável na região amazônica

Da Revista Cenarium

MANAUZ (AM) – A chamada Amazônia + 10, um desdobramento do Programa Amazônia + 10, lançado pelos governadores durante a Reunião Anual do GCF Task Force, realizada em Manaus em março deste ano, irá apoiar pesquisas que contribuam para a resolução de problemas prioritários para o avanço sustentável na região amazônica. O lançamento foi realizado durante o Fórum Nacional do Conselho Nacional de Secretários Estaduais para Assuntos de Ciência, Tecnologia e Inovação (Consecti) e do Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (Confap).

O Governo do Amazonas vai contribuir com R\$ 5 milhões, por meio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (Fapeam), para a chamada pública que recebe recursos de outros Estados da Amazônia Legal, por meio das Fundações de Amparo à Pesquisa (FAPs),

além da contribuição da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) e de governos de outros Estados do Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul do País, totalizando, até o momento, a adesão de 18 FAPs.

Mais de R\$ 52 milhões serão investidos na chamada do Programa Amazônia + 10. A diretora-presidente da Fapeam e vice-presidente do Confap, Márcia Perales Mendes Silva, destacou que todas as vezes que se discute sobre os novos desafios do Brasil, inevitavelmente, a Amazônia precisa estar pautada diante da sua grandiosidade e diversidade.

“Nós hospedamos o maior banco genético do mundo, a maior província mineral, uma imensurável biodiversidade, mas nós também temos uma população de 35 milhões de pessoas na Amazônia Legal composta por povos originários, comunidades remanescentes dos quilombolas,

comunidades extrativistas, ribeirinhos, caboclos, seringueiros, entre outros. Temos mais de 200 mil indígenas e 180 povos indígenas que falam diferentes línguas”, disse Márcia Perales.

AÇÃO ESTRATÉGICA

Para o presidente do Confap, Odir Dellagostin, o lançamento de um edital conjunto entre as FAPs demonstra a sinergia que existe entre as diferentes unidades da Federação e a importância que tem a Amazônia no contexto nacional e mundial.

“É um momento de muita alegria para nós lançarmos um edital conjunto entre as FAPs. A iniciativa partiu dos secretários do Consecti, juntamente com a Fapesp, que trouxeram a ideia e o Confap acolheu e se engajou na estruturação dessa iniciativa”, acrescentou.

O diretor-presidente do Conselho Técnico-Administrativo da Fapesp, Carlos



O Governo do Amazonas vai contribuir com R\$ 5 milhões, por meio da Fapeam, para a chamada pública que recebe recursos de outros Estados da Amazônia Legal

Crédito: Ricardo Oliveira

Eixos temáticos

O edital irá apoiar projetos nos seguintes eixos:

- ▶ 1. Territórios como infraestrutura e logística que facilitam o desenvolvimento sustentável em dimensão multiescalar;
- ▶ 2. Povos da Amazônia como protagonistas do conhecimento e da valorização da biodiversidade e adaptação às mudanças climáticas;
- ▶ 3. Fortalecimento de cadeias produtivas sustentáveis pelos amazônidas. Os projetos terão duração de até 36 meses.

Crédito: Ricardo Oliveira



O Fórum Nacional do Consecti e Confap reuniu presidentes e representantes das 26 Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (FAPs)

Américo Pacheco, enfatizou que a ação trata-se de uma estratégia para criar alternativas de emprego e renda sustentáveis compatíveis com a manutenção da floresta em pé.

“Você não vai ter resposta razoável para a Amazônia se você não der alternativas reais e sustentáveis, do ponto de vista ambiental, mas economicamente sustentáveis para essa população que vive aqui”, observou, acrescentando que a iniciativa busca soluções que apontem contribuições científicas ou de inovação para a resolução de problemas prioritários.

Segundo o presidente do Conselho Nacional de Secretários Estaduais para Assuntos de CT&I (Consecti), Rafael Pontes, um dos maiores portfólios do Brasil para o mundo é a Amazônia.

“Esse esforço coletivo busca trazer e canalizar esforços para resolver os problemas da Amazônia e, com isso, resolver problemas de muitos, transferindo tecnologia para o Brasil e para o mundo”, enfatizou.

O Fórum Nacional do Consecti e Confap reúne presidentes e representantes das 26 Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (FAPs), secretários estaduais de CT&I, gestores de entidades acadêmicas, científicas e de agências federais e internacionais de fomento à CT&I. ■



Crédito: Reprodução Intercept

Lei pró-garimpo

O PL proíbe que os órgãos de fiscalização do Estado acompanhem órgãos federais em ações de destruição e inutilização de bens particulares apreendidos em operações

Gabriel Abreu – Da Revista Cenarium

BOA VISTA (RR) – Em meio a muita polêmica e com pouca discussão com a sociedade, a Assembleia Legislativa de Roraima (ALERR) aprovou o Projeto de Lei (PL) n.º 233/2022, de autoria do deputado estadual George Melo (Podemos), que proíbe os órgãos ambientais e a Polícia Militar de Roraima de destruírem e inutilizarem bens

particulares apreendidos nas operações e fiscalizações no Estado. O PL foi aprovado em sessão extraordinária realizada pelos parlamentares, na sala de reuniões da presidência da Casa. Anteriormente, os deputados retiraram o PL de pauta para que houvesse mais discussão sobre o tema, o que gerou um desconforto dos parlamentares

com a classe dos garimpeiros, que estava presente na sessão.

OPERAÇÕES SEM DESTRUIÇÃO

Com 14 votos favoráveis, os deputados aprovaram o Projeto de Lei n.º 233/22, com emendas, apresentado pelo deputado George Melo, sobre a proibição aos órgãos ambientais de fiscalização e à Polí-

cia Militar de destruírem e inutilizarem bens particulares apreendidos nas operações/fiscalizações ambientais no Estado. Segundo o deputado George Melo, a aprovação da matéria representa segurança a trabalhadores de vários segmentos. “A garimpeiros, agricultores, madeireiros, de

que o equipamento apreendido não seja danificado”, explicou Melo. “Na verdade, essa proposta é para que os órgãos fiscalizadores, quando apreenderem esse material, não o destruam, como é feito pela Receita Federal em operações. Imagine você, um produtor que investe a

sua vida no equipamento e esse equipamento é destruído, queimado. Então, você torna essa pessoa vulnerável ao extremo, porque não vai ter como trabalhar, ele não vai ter tecnologia e, provavelmente, a sua família vai passar necessidades”, defendeu o parlamentar.

George Melo lembrou que o País possui legislação que ampara a exploração mineral do solo, como a Lei Federal n.º 7.805/89 e o Estatuto do Garimpeiro (Lei Federal n.º 11.685/2008), e que a própria Constituição Federal (Artigo 174) determina que o Poder Público deve favorecer a organização da atividade garimpeira em cooperativas, considerando a proteção do meio ambiente e a promoção econômico-social”.

O que o parlamentar não lembrou é que Roraima é o Estado onde está localizada a maior Terra Indígena do Brasil, a TI Yanomami, e que o garimpo ilegal está deixando as crianças Yanomami doentes. O PL vai, agora, para a sanção do governo do Estado. ■

O PL foi aprovado em sessão extraordinária realizada pelos parlamentares



Crédito: Reprodução Intercept



Crédito: Reprodução Intercept

Votaram favoráveis ao Projeto de Lei:

▶ Angela Águia Portella	PP
▶ Aurelina Medeiros	PP
▶ Chico Mozart	PP
▶ Eder Loureiro	PSD
▶ Gabriel Picanço	Republicanos
▶ George Melo	Podemos
▶ Jânio Xingu	PP
▶ Jeferson Alves	União
▶ Neto Loureiro	PMB
▶ Renan	Solidariedade
▶ Renato Silva	PROS
▶ Soldado Sampaio	Republicanos
▶ Tayla Peres	Republicanos
▶ Yonny Pedroso	PL



Um dos políticos de maior prestígio, no País, Arthur já foi ministro, senador e prefeito de Manaus

Crédito: Priscilla Peixoto

Primeira suplente

Anunciada como primeira suplente na chapa de Arthur Virgílio, Maria do Carmo ressaltou a importância da educação e agradeceu pela oportunidade. “A educação abre portas e, ao longo dessa caminhada ao lado dos meus filhos, que trabalham todos os dias conosco, testemunhamos milagres, pessoas que tiveram suas vidas transformadas pela educação. Ter Arthur, no Senado, que sempre engrandeceu nosso Estado, lutou e é referência. Precisamos disso”, destacou.

Maria do Carmo é empresária, professora, contadora, advogada, mestre em Direito e doutoranda em Direito. Reitora do Centro Universitário Fametro e mantenedora da Faculdade Santa Tereza. Nascida em Manaus, Maria do Carmo é uma mulher à frente do seu tempo que, desde jovem, trabalhou e empreendeu em vários setores do mercado.

Crédito: Priscilla Peixoto



Maria do Carmo será a primeira suplente na chapa de Arthur Virgílio

‘Reconhecimento do povo’

Arthur Virgílio foi homenageado com grande festa popular pelos 45 anos de carreira política

Priscilla Peixoto – Da Revista Cenarium

MANAUZ (AM) – O pré-candidato ao Senado Arthur Virgílio Neto (PSDB) foi homenageado em uma grande festa popular, pelos 45 anos de vida pública. Organizado pelo grupo ‘Amigos de Arthur Neto’, o evento, realizado na Zona Oeste de Manaus, contou com a presença de políticos, apoiadores e familiares de Virgílio.

“É o reconhecimento do povo do Amazonas de que quando atuamos, atuamos bem, no Senado, defendendo a Zona Franca, uma boa política ambiental e não cedendo a ninguém. Não cheguei como deputado, lá, séculos atrás, de cabeça baixa, achando que os Estados mais ricos tinham mais talentos do que nós. O meu primeiro discurso já foi uma confusão danada, saiu no Jornal Nacional, ou seja, entrei para valer”, declarou Arthur Virgílio, emocionado, ao fazer um balanço da carreira política.

Pré-candidato à única vaga para o Senado pelo Amazonas, Arthur Virgílio Neto afirmou que, caso seja eleito e volte a ocupar o cargo, vai trabalhar em favor da Zona Franca de Manaus (ZFM) e defender o desenvolvimento de novas matrizes econômicas.

“Se eu voltar ao Senado, estejam certos que vai para lá uma voz que ninguém tem força, nesse País, para calar. Eu estou lá para defender a Zona Franca, para defender novas opções de matrizes econômicas, para defender a pureza dos nossos rios. Eu estarei, lá, atento, sem temer ninguém, com o objetivo claro de defender o meu Estado”, destacou.

ATAQUE À ZFM

Sobre os ataques à ZFM por parte do governo federal, Arthur Virgílio garantiu que não se toca mais no principal modelo

Carreira política

Diplomata e um dos políticos de maior prestígio, no País, o ex-ministro, ex-senador e ex-prefeito de Manaus estreou na vida pública, em 1977, quando integrou a primeira executiva jovem partidária na luta contra a ditadura, iniciativa capitaneada pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido de oposição ao regime militar instaurado em abril de 1964.

Arthur Virgílio Neto foi ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República no governo de Fernando Henrique Cardoso, deputado federal e senador por 20 anos, período em que por duas vezes foi líder do presidente FHC, no Congresso Nacional, além de ter sido líder da oposição, no Senado, por oito anos. Foi três vezes prefeito de Manaus, sua cidade natal.

econômico do Estado, a não ser que seja para “reformá-lo, modernizá-lo, prestigiá-lo, ou financiá-lo”.

“Não se toca mais porque se não eu vou construir forças para paralisar, quando quiser, os trabalhos do Congresso Nacional. Era assim e vai ser assim. Ao mesmo tempo, tenho certeza que nós vamos ter muito trânsito e vamos mostrar que isso aqui é o paraíso do turismo cultural, paraíso da biodiversidade. Temos que colocar para funcionar a indústria da biotecnologia, que é trilionária e que acaba com a pobreza, não só do Amazonas, mas com a pobreza do Brasil inteiro”, disse Arthur, ao defender a criação de novas matrizes econômicas.

“Então, é o pessoal lá do Centro-Sul, do Sul, abrir os olhos e perceberem que a riqueza do Brasil não está lá. Eles já deram o que tinham que dar. A riqueza do Brasil, a única possível, a única fronteira de desenvolvimento possível para mudar o quadro social, econômico e político do Brasil está na exploração correta e susten-

tável daquilo que a natureza nos oferece na Amazônia”, ressaltou o pré-candidato ao Senado.

QUALIDADES DESTACADAS

Amazonino Mendes (Cidadania) esteve presente no evento e em seu discurso destacou as qualidades de Arthur. “Um dos políticos mais corajosos da história deste País. Eu sei o quanto ele é guerreiro, lutador, corajoso, firme, talhado por Deus para dar o recado amazônico para o Senado. Tivemos, na vida, desencontros, inclusive, na carreira política, mas posso dizer a toda a comunidade que Arthur Virgílio sempre me tratou com dignidade e respeito. Foi amigo da minha saudosa mulher, sempre se mostrou intelectual, competente e capaz”, elogiou o pré-candidato ao Governo do Amazonas.

Presidente municipal do PSDB Manaus, Rosivaldo Cordovil também agradeceu a confiança e destacou o trabalho realizado por Arthur, enquanto senador da República. “Estamos numa caminhada

para defender o Estado do Amazonas. Estamos com uma voz ativa que sempre esteve defendendo os interesses do nosso Estado. Mesmo não estando em Brasília, Arthur defendeu nosso interesse e, principalmente, o interesse do Polo Industrial de Manaus. Nós todos estamos aqui em busca de sonhos, mas sonhos reais para o nosso povo”, disse Rosivaldo. ■

Arthur Virgílio é pré-candidato à única vaga ao Senado pelo Amazonas



Crédito: Priscilla Peixoto

O Serviço de Atendimento Móvel deve ser formado por equipe multidisciplinar qualificada e treinada para o diagnóstico do câncer infantojuvenil



Crédito: iStock

80%

Hoje, em torno de 80% das crianças e adolescentes acometidos da doença podem ser curados, caso sejam diagnosticados precocemente e tratados em centros especializados.



Crédito: iStock



Crédito: iStock



Crédito: iStock

Diagnóstico rápido

Lei cria serviço móvel para diagnóstico do câncer infantojuvenil, no Amazonas

Da Revista Cenarium

MANAUZ (AM) – Com o intuito de agilizar o processo de diagnóstico do câncer infantojuvenil, o presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas (Aleam), deputado estadual Roberto Cidade (União Brasil), propôs a criação do Serviço de Atendimento Móvel para esse tipo de diagnóstico. Sancionada, a Lei n.º 5.788, que institui o serviço e entrou em vigor em janeiro deste ano, tende a facilitar a detecção do câncer em estágio inicial de crianças e adolescentes.

“Toda doença, quanto mais rápido o diagnóstico, melhor. Com o câncer, principalmente. Essa é uma doença que, muitas

vezes, só apresenta sintomas quando já está em estágio mais avançado. Por isso, é necessário que o poder público disponibilize todos os meios para a realização de exames que possam detectar a doença em estágio inicial. Esse serviço móvel busca isso e é um ganho na luta pela vida”, afirmou.

Conforme a lei de Roberto Cidade, o Serviço de Atendimento Móvel deve ser formado por uma equipe multidisciplinar qualificada e treinada para o diagnóstico do câncer infantojuvenil.

“Essa equipe é responsável pela avaliação inicial do paciente, pela coleta de

sangue e os encaminhamentos necessários para mais exames e acompanhamentos. Certamente, esse serviço é um avanço nesse tipo de atenção”, disse o parlamentar.

DIAGNÓSTICO

De acordo com o Instituto Nacional do Câncer (Inca), nas últimas quatro décadas, o progresso no tratamento do câncer, na infância e na adolescência, foi extremamente significativo. Hoje, em torno de 80% das crianças e adolescentes acometidos pela doença podem ser curados, se diagnosticados precocemente e tratados em centros especializados. ■

A lei é de autoria do deputado estadual Roberto Cidade

Crédito: Danilo Melloa | Leam



“Essa é uma doença que, muitas vezes, só apresenta sintomas quando já está em estágio mais avançado. Por isso, é necessário que o poder público disponibilize todos os meios para a realização de exames que possam detectar a doença em estágio inicial”

Roberto Cidade, deputado estadual e presidente da Assembleia Legislativa do Amazonas

Inovação para atendimento

Corte de Contas amazonense lança, de forma inédita, pesquisa de satisfação sobre o atendimento e canais de comunicação para ouvir a sociedade

Giovanna Félix – Especial para a Revista Cenarium

Crédito: Matheus Rodrigues



Pesquisa de satisfação está disponível no site institucional do TCE-AM

Crédito: Divulgação



MANAUZ (AM) – Com o intuito de incentivar uma avaliação periódica sobre a efetividade da divulgação de informações ao público-alvo e o atendimento prestado pela Corte de Contas, o Tribunal de Contas do Amazonas (TCE-AM) inovou e lançou, no início de julho, a primeira pesquisa de satisfação de atendimento e comunicação.

O objetivo da pesquisa é aferir o grau de contentamento da sociedade com relação ao acesso da comunidade externa às práticas do órgão público e o atendimento

prestado pelo TCE-AM com vistas a possíveis melhorias. Integrando o Marco de Medição do Desempenho dos Tribunais de Contas (MMD-TC) promovido por meio da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), com base no Projeto de Qualidade e Agilidade dos Tribunais de Contas (QATC), o TCE-AM visa verificar o desempenho da Corte de Contas e identificar seus pontos fortes e fracos para que possam ser aprimoradas as atividades e desenvolvidas suas capacidades.

Retratando a opinião da população amazonense e para estimular a melhoria contínua dos serviços, o questionário possibilitará o direcionamento de esforços com mais assertividade, a fim de aproximar o povo da instituição. Além disso, o Tribunal poderá viabilizar o cumprimento de sua missão com eficácia e eficiência.

De acordo com o conselheiro-presidente do TCE-AM, Érico Desterro, a realização da análise junto à sociedade é válida para alinhar os trabalhos desempenhados e para entender as possibilidades de

melhorias satisfatórias à Corte de Contas e aos cidadãos.

“Precisamos estar cada vez mais atentos ao clamor social que corresponde ao que a sociedade espera de nós como Corte de Contas e órgão de fiscalização. Para isso, precisamos ouvir, estar abertos às contribuições, abrir canais de contato e diálogo com a sociedade civil e os jurisdicionados e, acima de tudo, melhorar para garantir-mos a eficiência, a eficácia e a efetividade

das nossas ações”, disse o presidente do TCE-AM, conselheiro Érico Desterro.

Organizada pela Diretoria de Comunicação Social (Dicom) do TCE-AM, a pesquisa irá verificar diversos itens que abrangem a divulgação das atividades do Tribunal, além do atendimento prestado ao público externo.

A pesquisa está disponível no site institucional do TCE-AM, o www.tce.am.gov.br,

“Precisamos estar cada vez mais atentos ao clamor social que corresponde ao que a sociedade espera de nós como Corte de Contas e órgão de fiscalização”

Érico Desterro, conselheiro-presidente do TCE-AM.

e para responder não precisa se identificar. Um formulário similar está sendo disponibilizado no portal interno do Tribunal e deve ser respondido pelos servidores, colaboradores e estagiários da Corte de Contas, para avaliar aspectos da comunicação e atendimento interno. O resultado das pesquisas será compartilhado com a Atricon e os itens devem ser mensurados durante a análise estratégica dos planos e metas da comunicação institucional. ■

Crédito: Matheus Rodrigues

Denúncias

Exercendo um papel de mediação e de facilitadora entre o cidadão e a administração pública, a Ouvidoria do TCE-AM é a representação de uma comunicação direta do órgão com a população, sendo uma das possibilidades de contato com a instituição. Com a função de contribuir para a melhoria dos padrões e mecanismos de transparência das atividades desenvolvidas pelo Tribunal, a Ouvidoria possui diversos canais de atendimento, sendo o principal meio de registro de manifestação o site ouvidoria.tce.am.gov.br.

O presidente da Corte de Contas, conselheiro Érico Desterro, que foi ouvidor nos últimos quatro anos, afirmou que fiscalizar o uso do dinheiro público com ética e compromisso é um dever do Tribunal de Contas e que as ações podem e devem ser acompanhadas pela sociedade.

“O controle social é um importante complemento ao controle institucional principalmente quando realizado visando à fiscalização de órgãos que supervisionam os recursos públicos. A Ouvidoria é um meio que facilita esse

acesso da instituição para com as denúncias ou alertas da população e se torna uma das ferramentas de grande valia para o nosso trabalho”, ressaltou o conselheiro-presidente do TCE-AM, Érico Desterro.

Para denunciar ou enviar manifestações à Ouvidoria do TCE-AM, o cidadão e/ou jurisdicionado pode entrar em contato pelo site, pelo **WhatsApp (92) 988151000**, pelo **e-mail ouvidoria@tce.am.gov.br** ou pelos **telefones (92) 3301-8107 / 3301-8222**.



Crédito: Isabelle Chaves

COMISSÕES NO CONGRESSO INVESTIGAM CASO BRUNO E DOM

Coincidência ou não, após a Câmara dos Deputados e o Senado criarem comissões externas para acompanhar as investigações do assassinato do indigenista Bruno Pereira e do jornalista Dom Phillips, o superintendente da Polícia Federal (PF) no Amazonas, Eduardo Fontes, finalmente, recuou da tese prematura de que os pescadores suspeitos teriam agido sozinhos. Fontes já não descarta a possibilidade de haver um mandante e o envolvimento do crime organizado. Na Câmara, a comissão tem como presidente o deputado do Amazonas, Zé Ricardo (PT/AM), e entre seus membros o parlamentar Marcelo Ramos (PSD-AM). No plano de trabalho, consta colher depoimentos no Vale do Javari e realizar sessões conjuntas entre os dois colegiados. ■

NA MIRA DA ONU

O Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas também está de olho no desenrolar do caso Bruno e Dom. Entidades de direitos humanos e do movimento indígena apresentaram denúncia contra o Brasil à ONU, em que cobram o aprofundamento das investigações. Na peça, as entidades também relataram o desmonte promovido pelo governo federal nos órgãos de controle ambiental e de proteção aos povos indígenas, e denunciaram cortes orçamentários e pressões sobre servidores que “ousaram” fazer seu trabalho. Mais uma representação em foro internacional contra o presidente Jair Bolsonaro, que já é alvo de 37 denúncias na ONU. ■



Crédito: Divulgação | Suframa

QUEDES NA CAMPANHA

Além de comemorar dois dados considerados positivos das últimas pesquisas – de que Bolsonaro avançou nas espontâneas e que diminuiu sua rejeição – a equipe política se animou com o que chama de “fato político”: a entrada do ministro Paulo Guedes na campanha. A ala política está considerando que, agora, Paulo Guedes “mergulhou de cabeça” e, finalmente, está cooperando com o que poderá ajudar a garantir a reeleição do presidente. Antes, essa ala dizia até que Guedes trabalhava mais contra do que a favor do presidente Bolsonaro, brecando todas as ideias que surgiam para ajudar a levantar seus índices nas pesquisas. ■

SEM COMPENSAÇÃO

Bonzinho com o povão e algoz dos governadores, Bolsonaro sancionou o projeto de lei que limita o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre o diesel, a gasolina, a energia elétrica, as comunicações e os transportes coletivos, mas deixou de fora a possibilidade de compensar os Estados pelas perdas de arrecadação. O dinheiro economizado vai ser usado para tentar aumentar o valor do Auxílio Brasil. O governo desistiu de compensar os Estados que zerarem alíquota do ICMS sobre o diesel e o gás – uma das estratégias, inicialmente, avaliadas, porque avalia que esta compensação poderia ser abafada pelos reajustes da Petrobras. O Planalto acha que ampliar o auxílio terá efeito mais imediato nos eleitores. ■

PGR RECONHECE ZFM

O procurador-geral da República, Augusto Aras, emitiu parecer sobre a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) que tramita no Supremo Tribunal Federal (STF) apontando que os decretos presidenciais de redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) podem causar instabilidade e saída das empresas da Zona Franca de Manaus. No texto, a PGR sustenta que a liminar concedida pelo ministro do STF, Alexandre de Moraes, que excluiu os produtos da ZFM dos efeitos do decreto, deve permanecer em vigor. Ainda não há data marcada para que o pleno do STF julgue o mérito da ação, apresentada pela bancada do Amazonas no Congresso, por meio do partido Solidariedade. ■



Crédito: Marcelo Camargo | Ag. Brasil

PACOTE DE BONDADES

As conversas dos coordenadores da campanha à reeleição de Bolsonaro com Guedes têm sido mais frequentes, de acordo com um dos interlocutores do presidente. Ao comentar as pesquisas, um interlocutor reiterou o discurso bolsonarista de que as pesquisas não mostram a realidade que o presidente e sua equipe sentem nas ruas. Além disso, a fonte lembra que, com a quantidade de fatos negativos surgidos nos últimos dez dias, os dados das pesquisas foram até bons. A aposta do governo, neste momento, é conceder o máximo de benefícios sociais e aguardar o impacto deles no bolso dos eleitores, já que acreditam que o rumo da economia e a sensação de melhora é que definirá o voto. ■

ZFM rende R\$ 15 bi à União

Com Zona Franca de Manaus, AM arrecadou mais de R\$ 15 bilhões para a União em 2021

Marcela Leiros – Da Revista Cenario

MANAUS (AM) – O Amazonas, onde está localizada a Zona Franca de Manaus (ZFM), foi responsável por 48,71% da arrecadação federal da 2ª Região Fiscal da Receita Federal do Brasil, em 2021 — formada, ainda, pelos Estados do Acre, Amapá, Pará, Roraima e Rondônia. A porcentagem equivale a mais de R\$ 15 bilhões. Apesar do valor bilionário, o governo federal se refere ao modelo econômico como “paraíso fiscal”. Somam-se ao valor econômico, a contribuição ambiental e a geração de trabalho e renda, pois, segundo informações da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), o modelo é responsável pela preservação de 98% da Floresta Amazônica no Amazonas, além de somar 104.205 empregos diretos e estimativa de 500 mil indiretos.

Desde fevereiro deste ano, as indústrias do Polo Industrial de Manaus (PIM) e da ZFM foram “bombardeadas” com decretos que ameaçam reduzir a competitividade do modelo. O Decreto n.º 11.052/2022 zerou a alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para processos de bebidas não alcoólicas, enquanto o

Decreto n.º 11.055/2022 ampliou a redução da alíquota de IPI para 35% em todo o País para produtos como eletroeletrônicos, causando desvantagem competitiva para o que é produzido no Amazonas.

Em resposta, o Governo do Amazonas e a bancada federal do Estado ingressaram com uma série de medidas judiciais para tentar reverter os efeitos dos decretos nocivos para a ZFM. O Supremo Tribunal Federal (STF) concedeu liminar favorável à suspensão dos decretos assinados pelo presidente Jair Bolsonaro (PL), mas a União tentou recorrer. Em um dos recursos, a Advocacia-Geral da União (AGU) se referiu ao modelo econômico como “paraíso fiscal”.

“Afinal, a Zona Franca de Manaus não é um ‘paraíso fiscal’ soberano, imune ao contexto econômico-fiscal do restante do Brasil, mas um regime jurídico de desoneração integrado a uma Federação, que, sob a Constituição de 1988, possui diversos projetos de justiça e de desenvolvimento”, diz um trecho do recurso.

O termo “paraíso fiscal” é comumente utilizado para se referir a países que possuem condições favoráveis para a insta-

O economista Inaldo Seixas reforça que a existência da Zona Franca só é possível pela isenção e redução dos impostos, considerando a distância do polo em relação às outras regiões do País fica mais atrativo para as indústrias terem alguns benefícios permanecendo na ZFM.

“Ela só existe porque tem a expectativa de fazer a isenção. Dizem que é injusto com o resto do Brasil, gasta muito. Aí ele pode tirar [os gastos tributários], mas as empresas vão embora, então não existiria nem essa arrecadação que ele [o governo federal] diz que está perdendo.

Existência condicionada

Tudo bem que é um gasto, mas é para atrair investimentos que não existiriam de outra forma”, completa.

O economista explica ainda que, em 2021, ocorreram gastos tributários, com outros setores, maiores do que com a ZFM, como é o caso do Simples Nacional, que “levou” mais de R\$ 71 bilhões dos gastos tributários. “Não é para se ‘rasgar as mangas’, nós não estamos só recebendo favores do governo federal, nós estamos arrecadando também”, lembrou ele.

“Aqui, na Zona Franca, você mantém a alíquota, as empresas têm a isenção,

ou seja, esse imposto não vai no custo do produto para o consumidor e gera emprego no Brasil. Se o governo fala em fomentar a atividade industrial no Brasil, com a redução de imposto, e quando ele reduz também do importado, esse produto compete também com o produto nacional. E a gente está falando de multinacionais instaladas no Brasil. As empresas vão fazer contas, se vale a pena continuar produzindo aqui ou se tem a possibilidade de atender o mercado brasileiro exportando para cá”, concluiu o então presidente do Cieam, Wilson Périco, em junho, antes de deixar o cargo.

Crédito: Ricardo Oliveira



O modelo Zona Franca de Manaus atrai gigantes dos eletroeletrônicos, como a Samsung



Constantes ataques ao modelo da ZFM já causaram perdas, como a saída da Sony do Amazonas

Crédito: Ricardo Oliveira

Desigualdades regionais

A Zona Franca de Manaus foi criada por meio de um decreto do governo federal, em 1967, para fortalecer uma base econômica na região amazônica e reduzir as desigualdades regionais. É uma área “estabelecida com a finalidade de criar no interior da Amazônia um centro industrial, comercial e agropecuário dotado de condições econômicas que permitam seu desenvolvimento, em face dos fatores locais e da grande distância que se encontram os centros consumidores de seus produtos”, diz o texto do decreto que criou a ZFM. A região é responsável por 500 mil empregos diretos e indiretos, de acordo com o Cieam.

As indústrias instaladas no Polo Industrial são isentas de pagar IPI e recebem

redução no Imposto de Importação (II) e até mesmo Imposto de Renda (IR), mas precisam repassar uma porcentagem do faturamento para incentivos fiscais ao Fundo de Fomento ao Turismo, Infraestrutura, Serviços e Interiorização do Desenvolvimento do Estado do Amazonas (FTI), Fundo de Fomento à Micro e Pequena Empresa (FMPE) e à Universidade do Estado do Amazonas (UEA).

“No ano passado, essas três taxas deram R\$ 2,5 bilhões. Todos eles dependem que as empresas tenham segurança jurídica na Zona Franca. Reduzindo a atividade da indústria, além dos empregos, o Estado do Amazonas perde em arrecadação, assim como o governo federal

também perde arrecadação”, explicou o então presidente do Cieam, Wilson Périco.

Levantamento feito no Portal da Transparência do Estado pela **REVISTA CENARIUM** mostrou que a “Contribuição para o Desenvolvimento do Ensino Superior”, por parte das indústrias da ZFM ao governo estadual em 2021, foi de R\$ 694.230.689,65. A Universidade do Estado do Amazonas (UEA) é mantida, por meio de lei estadual, com repasse de 1% do total de tributos gerados pelas indústrias amazonenses sobre o faturamento anual. Os valores do FTI e FMPE totalizaram R\$ 1.573.926.322,61 e R\$ 150.181.227,70, respectivamente.

Arrecadação Federal na Região Norte em 2021, em R\$ bilhões

(Exceto Tocantins)

	Valor	%
Amazonas	R\$ 15.305,93	48,71%
AC/AP/PA/RO/RR	R\$ 16.116,53	51,29%
TOTAL	R\$ 31.442,46	100,0%

Fonte: Centro da Indústria do Estado do Amazonas (Cieam)

Gastos Tributários (Renúncia Fiscal) em 2021, em bilhões

	Valor	%
Norte	R\$ 37,18	11,42%
Nordeste	R\$ 38,92	11,95%
Centro-Oeste	R\$ 31,04	9,53%
Sudeste	R\$ 166,74	51,20%
Sul	R\$ 51,79	15,90%
Total	R\$ 325,67	100%
A Zona Franca de Manaus (ZFM) é responsável por R\$ 26 bilhões (8%) de Renúncia Fiscal.		

Fonte: Centro da Indústria do Estado do Amazonas (Cieam)

Gastos Tributários (Renúncia Fiscal) em 2021, em bilhões

A Zona Franca de Manaus (ZFM) é responsável por R\$ 26 bilhões (8%) de Renúncia Fiscal.

Fonte: Centro da Indústria do Estado do Amazonas (Cieam)

Exportação líquida de recursos do Amazonas para União em 2021, em R\$ bilhões

Valor
R\$ 4.796,78

Fonte: Centro da Indústria do Estado do Amazonas (Cieam)

lação de empresas. A Receita Federal os classifica como países ou dependências com tributação favorecida e regimes fiscais privilegiados, assim como de “pouca transparência sobre informações de empresas lá domiciliadas”.

Não é o caso da ZFM, de acordo com o economista e membro do Conselho Regional de Economia do Amazonas (Corecon/AM) Inaldo Seixas, que afirma não haver fundamento na classificação do modelo como um “paraíso fiscal”, já que se trata de uma área criada visando ao desenvolvimento econômico do Norte e da Amazônia.

Arrecadação tributária

O Polo Industrial de Manaus (PIM) fechou o primeiro trimestre de 2022 arrecadando R\$ 39,5 bilhões, segundo números divulgados em 3 de junho pela Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa). O montante representa um aumento de 9,62% em relação ao mesmo período do ano passado, quando foi registrado um faturamento de R\$ 36,04 bilhões.

Em 2021, as empresas do PIM tiveram arrecadação recorde de R\$ 158,6 bilhões de janeiro a dezembro e injetaram R\$ 38 bilhões, ao longo do ano, no Produto Interno Bruto (PIB) do Amazonas. De acordo com dados da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação (Sedecti), somente no quarto trimestre de 2021, a indústria totalizou o volume de R\$ 9,88 bilhões no PIB amazonense.

Além de impulsionar a economia do Estado, o PIM ajuda a manter a Universidade do Estado do Amazonas (UEA), destinando 1% (R\$ 400 milhões) do faturamento do PIM ao ensino e desenvolvimento de pesquisa na instituição.

O PIM também é essencial para a conservação ambiental e preservação da floresta amazônica, segundo a Suframa, que se baseia em estudos sobre o modelo econômico. Mesmo com a implantação da ZFM há cinco décadas, a autarquia informa em seu site institucional que o Amazonas mantém 98% de cobertura vegetal sem ser impactada pelo desmatamento.



Crédito: Divulgação

“Isso aí [isenção fiscal na ZFM] representa 8% da renúncia fiscal do País, 11% vêm da Região Norte e em torno de 50% da Região Sudeste. Então, onde é que deveriam estar olhando se querem reduzir a renúncia fiscal?”

Wilson Périco, presidente do Cieam.

O ex-presidente do Cieam, Wilson Périco, afirma que o termo “paraíso fiscal” não se aplica à ZFM

“A Zona Franca é uma área decidida como de integração econômica e política, de uma região que está distante do centro consumidor e de decisões políticas, e você, dificilmente, iria desenvolver essa zona, se não tivesse uma política pública incentivando que tenha uma maior atividade econômica na região para gerar emprego, renda, arrecadação e, com isso, gerar desenvolvimento econômico”, ressalta ele.

ARRECADAÇÃO X RECURSOS TRANSFERIDOS

Os dados referentes à arrecadação são da Receita Federal do Brasil e do Tesouro Nacional Transparente, compilados pelo Centro da Indústria do Estado do Amazonas (Cieam). O total arrecadado pelo governo federal, na região, foi de R\$ 31,4 bilhões.

Em contraponto, o Estado recebeu em repasses obrigatórios do governo federal “apenas” R\$ 4,7 bilhões. Na diferença entre a arrecadação da União com a ZFM

de R\$ 15 bilhões e o repasse ao Amazonas, de R\$ 4,7 bilhões, o valor “limpo”, foi de R\$ 10,5 bilhões, no ano passado. No Estado, setores como educação, turismo e até mesmo ensino superior dependem do faturamento do modelo econômico, que sofre com a insegurança jurídica.

“Um aspecto positivo é que nós arrecadamos bastante para o governo federal e recebemos poucos investimentos. Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), Fundo Perpetuo de Educação (FPE), Fundo de Participação dos Municípios (FPM), Sistema Único de Saúde (SUS), infraestrutura etc. são obrigatórios e estão estimados em R\$ 4,7 bilhões, mas aí a arrecadação dos impostos federais gera uma arrecadação de R\$ 15 bilhões”, explica Seixas.

RENÚNCIA FISCAL

Os dados mostram ainda quanto a Receita Federal estima que o País deixa de arrecadar com os incentivos fiscais da ZFM: são R\$ 26 bilhões, proporcional a 8%.

No entanto, outras regiões do País, como a Região Sudeste, deixam de repassar ao governo federal o montante de R\$ 166,74 bilhões, ou seja, 51,20% de renúncia fiscal.

O então presidente do Cieam, Wilson Périco, enfatizou, em junho, o absurdo de discursos que acusam a ZFM de renúncia fiscal e afirma que o conceito “não cabe” à região. “O conceito de renúncia fiscal não cabe para o modelo porque isso é quando você tem um imposto sendo praticado em uma região, em uma atividade e o governo resolve reduzir a cobrança desse imposto ou eliminá-lo. A ZFM, quando foi colocada na Constituição, já previa que não teria cobrança de imposto. Ou seja, o governo federal nunca teve arrecadação dessa atividade nessa região”, explica.

“Isso aí representa 8% da renúncia fiscal do País, 11% vêm da Região Norte e em torno de 50% da Região Sudeste. Então, onde é que deveriam estar olhando se querem reduzir a renúncia fiscal?”, questiona ele. ■

Matrizes complementares

Ameaças à competitividade da ZFM levantam debate sobre alternativas para a economia

Priscilla Peixoto - Da Revista Cenarium

MANAUZ (AM) - Os constantes ataques sofridos pela Zona Franca de Manaus (ZFM) em relação à isenção de impostos trouxeram novamente à tona discussões sobre alternativas para a economia do Amazonas, hoje dependente de fábricas de empresas atraídas pelos incentivos fiscais. Para economistas e gestores de órgãos estaduais estratégicos, as chamadas matrizes econômicas complementares passam pelo fortalecimento do turismo e pelo incremento de setores, como a cultura e a produção rural.

De acordo com a economista e consultora de empresas Denise Kassama, “o termo matriz advém do fato de que dela devem desencadear vetores que são as ações de política econômica. Atualmente, utiliza-se esse termo para tratar de segmentos da economia em prol do desenvolvimento. Novas matrizes são atividades complementares aos moldes fabris atuais”.

Denise ressalta que, ainda que haja uma dependência em relação à Zona Franca de Manaus, é possível fortalecer a economia

“A preocupação é desenvolver outras matrizes econômicas que reduzam a dependência”

Denise Kassama, economista.

Atrativos turísticos, como o Encontro das Águas, são uma possibilidade de matriz econômica complementar à ZFM

Crédito: Ivo Brasil | Arquivo Amazonastur

ECONOMIA E SOCIEDADE

do Amazonas sem, necessariamente, buscar uma substituição, opção considerada por alguns que acreditam que o modelo atual está fadado ao fracasso. “A preocupação é desenvolver outras matrizes econômicas que reduzam a dependência”, sugere.

Para a economista, qualquer que seja a iniciativa de desenvolvimento econômico, seja no âmbito da bioeconomia, produção de alimentos, comércio de carbono, ou utilização de recursos ambientais, há a necessidade de investimentos em infraestrutura, logística e capacitação de mão de obra.

Denise afirma que aposta na potência do setor turístico: “Creio que o turismo, sem dúvida, é uma das principais possibilidades. Tarefa nada fácil para os futuros governantes”, afirma Denise.

POTENCIAL TURÍSTICO

Segundo a Empresa Estadual de Turismo do Amazonas (Amazonastur), o turismo, de fato, compõe a lista das alternativas que reforçam a potência econômica do

Estado e há ações sendo desenvolvidas de forma constante para a promoção do fortalecimento do setor.

Dentre as atividades destacadas pela Amazonastur estão a capacitação do trade local para o desenvolvimento econômico e social dos municípios em parceria com o Centro de Educação Tecnológica do Amazonas (Cetam). Em maio, por exemplo, foi lançado o projeto Workshop “Bem Receber”, com a qualificação de prestadores de serviços turísticos para a melhoria no atendimento ao turista durante os grandes eventos do Estado, iniciando por Parintins, município onde é realizado o Festival Folclórico.

A participação em feiras para estabelecer conexões, fomentar e fortalecer o atrativo turístico em âmbito nacional também é uma alternativa mencionada pela Amazonastur, além da expansão do projeto “Turismo em Movimento”, cujo foco é alcançar operadores de turismo do interior do Estado para também fomentar o ordenamento do setor turístico. ■

Crédito: Divulgação | Idesam



Cultura

Aliado do turismo, o setor cultural também é um vetor fundamental de geração de emprego e renda. Os empreendimentos criativos e culturais fortalecem o interesse sobre as localidades que desejam ser visitadas pelo público. De acordo com a Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Amazonas (SEC), municípios como Novo Airão, por exemplo, caminham para este rumo.

“Lá existem pousadas, ateliês artísticos de confecção de bijoias, marchetaria, artesanatos variados e já há um desenvolvimento de atrativos turísticos no local. Outros municípios também contam com esse perfil criativo”, informou a secretaria, por meio de nota.

O lançamento de editais compõe a lista de alternativas encontradas pela secretaria para complementar e movimentar a economia local e suprir as necessidades de um dos setores mais impactados, inclusive, pela pandemia.

Segundo a SEC, 292 contemplados nos editais da secretaria receberam recursos para realizar projetos, na capital e no interior. Em 2021, ao todo, foram registrados 26.730 trabalhadores criativos, no Amazonas, conforme dados do Itaú Cultural.



Uma produção rural fortalecida também pode gerar alternativas para a economia do Amazonas

Crédito: Unnamed

Produção rural

Na busca para criar estratégias e ações que diversifiquem os moldes econômicos atuais da região, a Secretaria de Estado de Produção Rural (Sepror), junto ao Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas (Idam), a Agência de Defesa Agropecuária e Florestal (Adaf) e a Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (ADS), informa que foca em ações que garantem o desenvolvimento sustentável do Estado.

Conforme dados disponibilizados pela Sepror, o “Programa Agro Amazonas” priorizou 22 cadeias produtivas, de acordo

com a vocação, tradição e potencial produtivo de cada município, dentre elas: abacaxi; açaí; agroecologia; avicultura; banana; borracha natural; café; castanha-do-brasil; cupuaçu; citros; fibras, juta e malva; guaraná; madeira manejada; mandioca; milho e feijão; óleos vegetais; soja; pecuária de corte e leite; pesca; piaçava; e piscicultura.

Segundo a pasta, as ações voltadas ao setor incluem a regularização fundiária e ambiental, crédito rural, assistência técnica e capacitação de produtores rurais, além de apoio à comercialização e investimentos em infraestrutura, como

a recuperação de ramais e vicinais, por meio do Programa S.O.S Vicinais.

A Sepror ressalta, ainda, a criação do Plano Safra Bianual, voltado para o crescimento sustentável do agronegócio amazonense, com R\$ 1 bilhão de recursos públicos para a promoção sustentável de alimentos. Dentre as frentes do Plano Safra estão as Políticas Agropecuárias, Assistência Técnica e Extensão Rural, Defesa Agropecuária e Florestal, Crédito, por meio da Agência de Fomento do Estado do Amazonas (Afeam) e compra pública da agricultura familiar.



Crédito: Potássio do Brasil

Rocha de silvinita que contém potássio. O município de Autazes possui grande reserva do mineral

Bioeconomia: aliada e incentivo

Desenvolvimento econômico a partir do emprego sustentável de recursos naturais é aliado da ZFM

Priscila Peixoto – Da Revista Cenarium

MANAUAS (AM) – A eficiência da bioeconomia é apontada como possível solução para atrair novos investidores, principalmente do setor digital, para o Amazonas e região amazônica. A Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) vê a alternativa bioeconômica como aliada e elaborou o Programa Prioritário em Bioeconomia (PPBio), que mobiliza investimentos e o repasse de recursos para soluções ino-

vadoras a partir de recursos naturais no Pará, Rondônia, Acre, Amapá e Amazonas.

O Programa foca em diversificar e promover investimentos no âmbito da política de incentivos fiscais, com a exploração econômica sustentável da biodiversidade. A iniciativa é oriunda de política pública federal, com o aporte total de R\$ 30 milhões, e alcança 26 projetos e 24 empresas investidoras do Polo Industrial de Manaus (PIM), até o momento.

O investimento em bionegócio como contrapartida dos incentivos fiscais para o desenvolvimento regional une a agenda ambiental aos negócios. De acordo com o diretor de Inovação em Bioeconomia do Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (Idesam) e coordenador do PPBio Carlos Koury, a estratégia traz a união entre os três melhores ambientes da Amazônia: o Polo Industrial de Manaus, com a sua con-

solidação de desenvolvimento produtivo e referência nacional; o conhecimento da Academia sobre a bioeconomia da Floresta Amazônica; e o ecossistema criado de Tecnologia da Informação e Comunicação que atende o PIM.

“Ao fomentar pesquisas acadêmicas que podem virar negócios ou startups em fase já avançada, o modelo conecta diferentes segmentos visando destravar a bioeconomia e diversificar as alternativas de desenvolvimento na Amazônia”, afirma Koury.

POTÁSSIO

Em fase de licenciamento ambiental, o “Projeto Potássio Autazes”, da empresa Potássio do Brasil, é cogitado como alternativa econômica. A empresa se prepara para dar início à extração de potássio no município de Autazes (a 120 quilômetros de Manaus). O mineral é uma das matérias-primas mais importantes para a indústria de fertilizantes agrícolas do mundo.

A empresa prevê a extração do potássio a 800 metros de profundidade e informa que a produção deve atender uma parte da agricultura brasileira e contribuir para “desafogar” as demandas econômicas concentradas na capital do Estado. A empresa aguarda licenciamento ambiental e a consulta ao povo indígena Mura de Autazes e Careiro da Várzea.

Atualmente, o Brasil importa 95% do potássio que consome e, aproximadamente, 45% tem origem na Rússia e na Bielorrússia. Com o objetivo de produzir 2,4 milhões de toneladas de cloreto de potássio por ano, a oferta desse insumo deve corresponder a 20% do volume consumido no País.

“As reservas do Projeto Potássio Autazes são de, aproximadamente, 170 milhões de toneladas e os recursos de outros projetos no Amazonas são de cerca de 230 milhões de toneladas. Isso se configura, claramente, em uma nova matriz econômica para o Amazonas. No Estado, a Potássio do Brasil possui projetos, em fase de desenvolvimento, em Itapiranga e Itacoatiara, cidades a 100 e 70 quilômetros do município de Autazes, respectivamente”, informou a empresa.



Crédito: Márcio Gallo | Suframa

O desenvolvimento da bioeconomia passa pelo investimento em pesquisas e em conhecimento gerado na Academia

Denúncia de coação

O Ministério Público Federal do Amazonas (MPF-AM) recebeu denúncia de que a Potássio do Brasil estaria coagindo moradores das áreas onde há a reserva de potássio a abdicar de suas terras indígenas e ribeirinhas no município de Autazes, e colocando placas da empresa no local.

Após inspeção realizada pela juíza federal Jaiza Maria Pinto Fraxe, o MPF concluiu que existem evidências de que a empresa compra terras indígenas e de ribeirinhos, por meio de pressão e coação, com grande prejuízo e risco alimentar aos povos que vivem no local.

O órgão pediu que todos os contratos, mesmo que orais, de compra de terreno, sejam anulados, bem como a retirada das placas da empresa dos lotes e o impedimento do uso dos territórios tradicionais em atividades que sejam diferentes das feitas pelos nativos, como roçado e plantios.

“Ao fomentar pesquisas acadêmicas que podem virar negócios ou startups em fase já avançada, o modelo conecta diferentes segmentos visando destravar a bioeconomia e diversificar as alternativas de desenvolvimento na Amazônia”

Carlos Koury, diretor de Inovação em Bioeconomia do Idesam e coordenador do PPBio.

De acordo com a Potássio do Brasil, no período de construção da planta fabril (entre 3 e 5 anos), aproximadamente 2.600 empregos diretos e indiretos serão gerados no Amazonas e em outros Estados. Outros 1.300 postos de trabalho diretos e 16.900 indiretos serão criados na operação da fábrica. A intenção, informa a empresa, é que, no mínimo, 80% da mão de obra seja local. ■

Visão ‘sulista’

Modelo Zona Franca de Manaus enfrenta resistência em outras regiões do País

Priscilla Peixoto - Da Revista Cenarium

Crédito: Ricardo Oliveira

MANAUS (AM) – O modelo econômico Zona Franca de Manaus (ZFM) é, historicamente, visto por um viés desfavorável por empresários e até por profissionais da economia de outras regiões, principalmente os do centro-sul do Brasil. Alinhado à tentativa do governo do presidente Jair Bolsonaro (PL) de retirar o principal pilar da economia amazonense, o ministro da Economia, Paulo Guedes, é uma figura que, há pelo menos três anos, vem mencionando a pauta em tom de insatisfação aos moldes atuais. Mas, há também as entidades empresariais, economistas e a mídia nacional.

Em abril de 2019, por exemplo, Guedes proferiu uma das declarações mais duras em relação à ZFM. Durante uma entrevista ao jornal Globo News, quando questionado pela jornalista Miriam Leitão sobre reforma tributária, impostos federais e situação da Zona Franca, o ministro da economia respondeu:

“Mas, olha que coisa linda que você está dizendo. Tá dizendo assim: ‘Você vai mexer na Zona Franca de Manaus? Não, não vou mexer na Zona Franca de Manaus. Está na Constituição, tá lá. Agora, e se os impostos caíssem todos para zero? Eu não mexi na Zona Franca de Manaus

(...). As respostas são muito claras. A Zona Franca de Manaus fica do jeito que ela é. Ninguém nunca vai mexer com ela. Agora, isso quer dizer que não vou simplificar impostos no Brasil porque senão...? Quer dizer, eu tenho que deixar o Brasil bem ferrado, bem desarrumado porque senão não tem vantagem para Manaus”, declarou o ministro.

ENTIDADES EMPRESARIAIS

Além da oposição de Guedes, a ZFM enfrenta, ainda, a visão contrária de entidades empresariais com sede no Sudeste do Brasil. A Associação de Fabricantes

de Refrigerantes do Brasil (Afebras), por exemplo, chamou atenção por apoiar a decisão presidencial de reduzir alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) minando a competitividade do modelo de Manaus. Em nota, o presidente da entidade, Fernando Rodrigues de Bairos se pronunciou sobre a medida alegando que ela traz “justiça tributária ao setor”.

“O decreto começa a trazer justiça tributária ao setor de bebidas. A partir de agora, as indústrias nacionais podem concorrer em pé de igualdade com as multinacionais como Coca-Cola e Ambev [instaladas em

Manaus] em relação aos impostos federais”, celebrou o presidente da Afebras.

Vale lembrar que, em 2020, a Afebras também se mostrou contra o que, segundo Rodrigues, seriam “regalias fiscais milionárias” concedidas a multinacionais de bebidas instaladas na Zona Franca.

MÍDIA

Entre os que demonstram posicionamento desfavorável à ZFM, está o jornal Folha de São Paulo, editado na região Sudeste do País, que já veiculou notícias apontando que o pilar econômico atual do Estado seria desvantajoso.

Em 2018, com o editorial intitulado “Despesa Invisível”, o jornal pedia que o governo revisasse a política de incentivo “sem transparência nem avaliações de eficiência a contento”. Em junho de 2019, a publicação “Zona Franca não dá vantagem ao Amazonas, indica estudo” discorria que o modelo não trouxe benefício econômico ao Estado, em comparação com outras unidades federativas, entre 2004 a 2014, período em que, segundo a publicação, a ZFM quadruplicou.

A matéria era embasada nos cálculos dos economistas e professores da Universidade Católica de Brasília Rogério da Cruz Gonçalves e Philipp Ehrl. De acordo com os profissionais, as empresas deixaram de pagar, até então, R\$ 25 bilhões em tributos e, mesmo assim, o Estado cresceu abaixo da média entre os períodos de 2002 a 2014.

“É um indicador de que o modelo é ultrapassado, não serve para o futuro. As empresas compram peças e montam, e a tendência é automatizar. Esses trabalhadores são muito substituíveis por robôs”, afirmou Philip.

Em 2021, o jornal voltou a publicar material com teor negativo. A matéria intitulada “Zona Franca não levou progresso a Manaus” apontava que a ZFM não havia cumprido o propósito para o qual foi criada.

ECONOMISTAS

Parte dos economistas, principalmente os que residem no eixo Rio-São Paulo, veem também a ZFM com maus olhos, avalia a economista que atua no Amazonas Denise Kassama.

“É um indicador de que o modelo é ultrapassado, não serve para o futuro. As empresas compram peças e montam”

Philipp Ehrl, economista e professor da Universidade Católica de Brasília.

“Entendo que há uma ignorância muito grande no resto do País em relação à Zona Franca de Manaus. Melhor dizer desconhecimento. Mesmo entre os pares economistas, que preferem fazer suas análises pelo prisma da renúncia fiscal e não pelos vetores de crescimento”, pondera Kassama.

Neste prisma, de renúncia fiscal e desvantagem, o economista, empresário e pesquisador Samir Cury considera que diante dos impactos econômicos do projeto ZFM é difícil comprovar que a implementação tenha beneficiado a população do Amazonas e da Região Norte na totalidade. Para o profissional do Sudeste do País, ainda que tenha beneficiado um segmento empresarial e de trabalhadores concentrados em Manaus, o custo-benefício do modelo econômico é questionável.

“O custo-benefício deste projeto é muito questionável. Se tivesse sido investido em políticas que beneficiassem a Região Norte como um todo, certamente teríamos uma infraestrutura padrão de primeiro mundo de educação, saúde e serviço social, e poderia ter gerado uma sustentabilidade econômica maior que a ZFM, que atinge amplos segmentos da população ao ficarem concentrados”, afirma o economista. ■

A essencialidade dos incentivos fiscais

Etelvina Garcia*

A essencialidade dos incentivos governamentais para o fortalecimento da economia e a promoção do bem-estar social no Amazonas está estruturalmente vinculada ao modelo Zona Franca de Manaus, instituído em 6 de junho de 1957 (Lei n.º 3.173, projeto do deputado Pereira da Silva) e reformulado dez anos depois, pelo Decreto-Lei n.º 288, de 28 de fevereiro de 1967. A convivência da Amazônia com as políticas oficiais de incentivos é, porém, muito mais antiga. Vincula-se às estratégias de consolidação do domínio de Portugal no Estado Colonial do Grão-Pará e Maranhão, formuladas no século XVIII pelo Marquês de Pombal, no reinado de D. José I. Mas, somente em meados do século XIX, sob os efeitos da Lei Imperial 586, de 6 de setembro de 1850, que autorizou o Governo a estabelecer a navegação a vapor “no Amazonas e águas do Pará”, os incentivos governamentais emergiram como alavanca das atividades econômicas do Amazonas – que conquistava, naquele momento, o título de Província do Império (Lei Imperial 582, de 5 de setembro de 1850).

Movidas a incentivos financeiros do Império e da Província, as primeiras linhas de navegação a vapor, implantadas pelas empresas do Barão de Mauá (janeiro de 1853) e de Alexandre Amorim (1872), abriram um capítulo inovador nos transportes e comunicações do Amazonas, provocando respostas imediatas de uma economia incipiente, castigada por dois séculos de dominação e exclusão. As vias de Belém a Manaus, que nos barcos

a remo ou a vela demoravam até três meses, reduziram-se a apenas dez dias. E logo no ano fiscal de 1853, a borracha apareceu pela primeira vez na pauta de exportações do Amazonas. Ainda assim, havia grandes dificuldades a superar. Os navios estrangeiros não podiam subir o Rio Amazonas e as nossas exportações eram feitas pelo porto de Belém, onde eram cobrados os impostos.

Coube a Alexandre Amorim, um empresário movido a desafios, a missão histórica de protagonizar a reversão desse quadro. Apoiado no Decreto Imperial 3.749, de 7 de dezembro de 1866, que liberou a navegação no Rio Amazonas aos navios mercantes de todas as nações, Amorim implantou, em 1874, a linha pioneira de navegação entre Manaus e Liverpool. A borracha dos nossos seringais conquistava a liderança do mercado internacional e convertia-se em precioso insumo da Revolução Científico-Tecnológica do Século 19, ou 2a Revolução Industrial, iniciando a surpreendente escalada de lucros que desenharia o perfil da Paris dos Trópicos. Manaus encurtava as distâncias com as grandes economias da Europa e atraía o interesse de brasileiros de todas as regiões, principalmente do Nordeste, e de estrangeiros de todos os continentes. Trocava borracha por libras esterlinas. Podia investir em grandes obras de infraestrutura, arquitetura e urbanismo – e pagar o preço dos bens e serviços que traduziam a modernidade tecnológica dos países industrializados, na virada do século XIX para o século XX: energia e bondes

elétricos, telégrafo, telefone, um teatro magnífico, um porto surpreendente, uma rede de saneamento básico que incluía uma das primeiras usinas de tratamento de esgotos do País...

A economia da borracha desintegrou-se às vésperas da 1a Guerra Mundial. Não resistiu à competição dos seringais de cultivo da Ásia, que conquistaram o mercado mundial com grandes volumes de produção e preços muito baixos. Seringueiros desencantados lotavam os porões dos navios, de volta ao Nordeste. Famílias inteiras abandonavam a cidade e pediam a parentes e amigos que ocupassem as suas casas, pois não tinham a quem vendê-las. A resistência de empresários corajosos e o capital cultural da Universidade Livre de Manaus ajudaram a sociedade a sobreviver aos efeitos cruéis de cinco décadas de estagnação econômica: falência, crise moral, instabilidade política.

O Decreto 2.541-A, conhecido como Lei de Defesa da Borracha e assinado pelo presidente Hermes da Fonseca em 8 de janeiro de 1912, instituiu o Plano de Defesa da Borracha. Baseado nas conclusões do 1o Congresso Comercial, Industrial e Agrícola realizado pela Associação Comercial do Amazonas em 1910 e no projeto apresentado à Câmara Federal em 1911 pela bancada do Estado do Pará, foi a primeira intervenção planejada do Governo da República para a Amazônia. Definia diretrizes para a regularização fundiária, implantação de colônias agrícolas e estações experimentais de sementes e mudas, retificação de trechos encachoei-



Crédito: Bruno Pacheco

ECONOMIA E SOCIEDADE

rados de rios e construção de estradas de ferro paralelas a esses trechos. Isentava de todos os impostos a navegação fluvial; e do imposto de importação, a compra de máquinas e insumos destinados ao plantio da hevea brasiliensis, à industrialização de borracha, à produção agropecuária, à indústria de pescado e de outros alimentos. Incluía a negociação do imposto de exportação entre os Estados, com isenção para a borracha cultivada e redução de até 50% para a borracha natural. A Superintendência do Plano de Defesa da Borracha foi criada pelo Decreto 9.521, de 17 de abril de 1912, e chegou a se instalar em Manaus, com endereço na Avenida 13 de Maio (Getúlio Vargas), mas teve existência efêmera. A Lei 2.698 extinguiu-a em 13 de fevereiro de 1915, no governo Wenceslau Braz.

Entre o Plano de Defesa da Borracha, em 1912, e a reformulação da Zona Franca, em 1967, houve um gap de 55 anos. No imediato pós-guerra, a aprovação de Emenda do deputado Leopoldo Pêres ao projeto da Assembleia Nacional Constituinte de 1946 deu origem ao Art. 199 da Constituição Federal de 18 de setembro daquele ano, que tornou obrigatória a aplicação de quantia não inferior a 3% das rendas tributárias da União, durante pelo menos vinte anos consecutivos, na execução do Plano de Valorização Econômica da Amazônia. E abriu o longo caminho que nos conduziria às políticas oficiais de incentivo ao desenvolvimento regional das décadas de 1950 e 1960.

O deputado Pereira da Silva apresentou-se em desenhar as diretrizes de um órgão federal para “centralizar, unificar e superintender a execução do Plano de Valorização Econômica da Amazônia”, e logo no dia 15 de outubro de 1946 apresentou projeto à Câmara Federal, criando o Departamento Nacional da Amazônia. Mas, teve de esperar seis longos anos para vê-lo aprovado, com emendas, originando a Lei 1.806, de 6 de janeiro de 1953, que regulamentou o Art. 199 da Constituição Federal; criou a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA); e instituiu a Amazônia Legal, com área de 5.057.490 km2, que corres-

ponde a 59,38% do território nacional e extrapola os limites da Amazônia Clássica, restritos ao maciço florestal e à rede hidrográfica característica da região.

Em 23 de outubro de 1951, Pereira da Silva apresentou projeto criando o Porto Franco de Manaus, a fim de incrementar as atividades de indústria e comércio, melhorar a estrutura de abastecimento na bacia amazônica e intensificar a política de cooperação do Brasil com os demais países amazônicos. Pereira da Silva inspirou-se, talvez, na ideia semeada quase cem anos antes pelo deputado alagoano Tavares Bastos, que em viagem de estudos sobre a navegação no Amazonas, quando escrevia O Vale do Amazonas (1865-66), defendera um tratamento tributário diferenciado para Manaus, em comparação ao resto do País, e a criação de um porto franco nesta cidade, abrangendo a Amazônia Brasileira e os países da bacia amazônica. O projeto Porto Franco de Pereira da Silva recebeu emenda do relator, deputado Maurício Jopert, e foi redimensionado em seus objetivos institucionais, originando a Lei 3.173, de 6 de junho de 1957, que instituiu a Zona Franca de Manaus.

A SPVEA de Leopoldo Pêres e a Zona Franca de Pereira da Silva foram reformuladas na década de 1960, sob o signo da Operação Amazônia, no governo do general Castello Branco. A Lei 5.173, de 27 de outubro de 1966, extinguiu a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) e criou a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). O Decreto-Lei 288, de 28 de fevereiro de 1967, alterou a Lei 3.173, de 6 de junho de 1957, e instituiu o modelo de incentivos fiscais da Zona Franca de Manaus, direcionados especificamente à produção e somente concedidos mediante a efetiva geração de bens e serviços, trocando receita tributária por resultados econômicos e sociais. E criou mecanismos para ampliar os efeitos dos benefícios fiscais por ele próprios instituídos (isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados e redução do Imposto de Importação), condicionando o início da sua vigência à concessão de crédito fiscal de ICM pelo Governo do Amazonas e de

isenção de ISS pela Prefeitura de Manaus (Art. 49, Inciso I).

A resposta dos investidores foi imediata. No mesmo ano de 1967, iniciou-se a implantação de um vigoroso centro comercial de importação e, em setembro de 1968, a Suframa aprovou o primeiro projeto industrial. Em meados da década de 1970, o nascente Polo Industrial de Manaus dedicava-se à produção de bens de alto valor específico, com intensa mobilização de mão de obra, concentrando parcela significativa da produção nacional de eletroeletrônicos. A escolha da Zona Franca por investidores japoneses e por empresas transnacionais do porte da Philips e da Philco para implantação de seus projetos era a garantia de aceitação dos produtos aqui fabricados. O respaldo técnico de marcas consagradas neutralizava a falta de tradição industrial de uma região, até então, conhecida apenas como exportadora de produtos primários.

O elevado grau de sofisticação tecnológica da produção industrial da Zona Franca fazia, porém, o contraponto com a política nacional de restrição às importações, ditada pela necessidade de equilibrar o balanço de pagamentos do País, que sofria os efeitos negativos da crise mundial do petróleo. Embora suas importações significassem menos de 2% das importações nacionais, a Zona Franca teve de incorporar-se ao esforço nacional para eliminar o déficit da balança comercial. As importações foram contingenciadas. Instituiu-se o sistema de cotas anuais de importação para os empreendimentos econômicos de todos os setores. As indústrias passaram a cumprir índices mínimos de nacionalização e reduziram compulsoriamente as suas importações. A Zona Franca tornou-se mercado cativo para a indústria nacional de componentes, localizada maciçamente em São Paulo. A cada emprego gerado em Manaus, correspondia a geração de outros dois em São Paulo.

No começo da década de 1990, o Brasil abriu as fronteiras da economia. Reduziu as barreiras alfandegárias, minimizou as restrições às importações. A nacionalização progressiva, que se tornara obrigatória em 1976, converteu-se em fator de

atraso tecnológico. O parque industrial, que em 1990 registrara US\$ 8,4 bilhões de faturamento bruto, 76.798 empregos diretos e US\$ 827,80 milhões em salários e encargos sociais, experimentou queda vertiginosa nos anos seguintes. Em 1992, o faturamento bruto reduziu-se a US\$ 4,5 bilhões, os empregos diretos desceram a 40.361 e a massa de salários e encargos somou US\$ 556 milhões. Reduziram-se também os atrativos do polo de comércio e turismo doméstico. Manaus deixou de ser o único centro supridor de bens de consumo importados no cenário nacional. O turismo de compras sofreu um golpe mortal.

A Zona Franca de Manaus colocava à prova, mais uma vez, a sua capacidade de vencer desafios. O polo industrial incentivado abria as fronteiras da modernização industrial. Máquinas de última geração incorporavam-se ao processo produtivo, elevando os níveis de racionalidade, eficiência e competitividade da produção

industrial. A intensiva automação estrutural embutia, porém, um elevado custo social. As indústrias reduziam, redistribuíam e reciclavam seletivamente os seus quadros funcionais e passavam a produzir mais, empregando menos. Parte da mão de obra desempregada era absorvida em novas oportunidades de trabalho surgidas com a expansão da base de produção industrial e com a terceirização de atividades produtivas que antes eram executadas pelas indústrias incentivadas, mas não correspondiam às suas atividades-fim. Esse nicho de oportunidades não diminuía, porém, a intensidade da luz vermelha se acendia, indicando a necessidade de se promover a capacitação de recursos humanos em diferentes níveis de qualificação e reduzir a desigualdade das oportunidades.

Desde a implantação das primeiras indústrias, no começo dos anos 1970, trabalhadores de diferentes gerações que ocupavam a massa de emprego das linhas

de montagem surpreendiam os observadores com a sua habilidade manual e a sua extraordinária capacidade de assimilar tarefas rotineiras e repetitivas. Pergunta-se, então: Nos cenários de modernidade tecnológica dos anos 1990, que colocavam em destaque a valorização atribuída pelas economias competitivas ao desenvolvimento de talentos e à produção de conhecimento, quanto lucraria a nossa Sociedade se esses trabalhadores fossem treinados para pensar, desenvolver a capacidade analítica, o raciocínio abstrato, incorporar-se ao capital humano indispensável para atender às novas demandas geradas pelo esforço de atualização tecnológica e modernização produtiva? ■

(*) Etelvina Garcia é jornalista e escritora, autora de duas dezenas de livros dedicados à história econômico-social do Amazonas, entre os quais “Navegação, Comércio e Construção Naval no Amazonas” e “Zona Franca de Manaus - histórias, conquistas e desafios”.

Crédito: Bruno Pacheco



GRUPO
CENARIUM



REVISTA
CENARIUM

 www.revistacenarium.com.br

AGÊNCIA
AMAZÔNIA

 www.aamazonia.com.br

CANAL
CENARIUM AMAZÔNIA

 www.youtube.com/revistacenarium

Ratanabá se sobressai ao caso Dom e Bruno no Google

Para especialistas, a perpetuação em massa sobre a cidade perdida não passa de uma “cortina de fumaça” para sobrepor o assassinato do indigenista e do jornalista na Amazônia

Ívina Garcia – Da Revista Cenarium

MANAUAS (AM) – O mundo voltou os olhos para a Amazônia, no mês de junho, e, apesar de toda a repercussão sobre o assassinato do indigenista e servidor licenciado da Fundação Nacional do Índio (Funai), Bruno Araújo Pereira, 41, e do jornalista britânico, correspondente do “The Guardian”, Dominic Mark Phillips, 57, ocorrido no município de Atalaia do Norte, o assunto mais pesquisado, no Brasil, no site de buscas Google, foi Ratanabá, a “cidade perdida na Amazônia”.

Ratanabá entrou em destaque após a divulgação de um estudo por parte da Dákila Pesquisas, que apontou a existência de uma antiga civilização em Apiacás, a 1.005 quilômetros de Cuiabá, datada há 450 milhões de anos, e que estaria sendo material de cobiça internacional, principalmente, após o anúncio de investimentos, na Amazônia, por parte do bilionário Elon Musk, durante visita ao Brasil, no fim de maio.

O instituto, fundado por Urandir Fernandes de Oliveira, já foi palco de outras

Crédito: Reprodução Internet

Buscas por Ratanabá superaram pesquisas sobre desaparecidos na Amazônia

Fake News

O compartilhamento de desinformação não é regulamentado por lei, apesar de existir em tramitação no Congresso Nacional o Projeto de Lei n.º 2630, de 2020, conhecido como “Lei das Fake News”, que busca instituir a lei brasileira de liberdade, responsabilidade e transparência na internet.

“A fake news, quando é criada, ela é pensada, premeditada. Ela possui um alvo, seja uma pessoa ou um objetivo. Geralmente, essas fake news são criadas por um número de pessoas que confabulam essas fake news e disparam na internet”, explica o especialista em

Direito Digital, o advogado Aldo Evangelista.

Além disso, o advogado explica que para categorizar fake news, é preciso também existir a participação de robôs, que se utilizam do algoritmo para disseminar o tema tratado e ainda a participação de pessoas envolvidas na criação das desinformações.

“Existem pessoas físicas que possuem algum interesse, e estão espalhadas pelo País, como no caso da utilização de Ratanabá, para ofuscar o holofote do jornalista e do indigenista assassinados na Amazônia”, diz.



36%

Em Cuiabá, 36% das pesquisas são relacionadas aos desaparecidos na Amazônia

64%

Os outros 64% dos dados pesquisados são sobre a cidade perdida na Amazônia

polêmicas e estudos controversos envolvendo a ‘Terra Convexa’, ideia que usa princípios da Terra Plana, e o ‘ET Bilu’, alienígena que teria vindo à Terra para compartilhar conhecimentos.

PESQUISAS

De acordo com a plataforma Google Trends, que mostra os mais populares termos buscados no site de pesquisas, no período de 5 de junho, data do primeiro relato de desaparecimento da dupla no Vale do Javari, até o dia 20, o termo “cidade perdida Amazônia” foi mais pesquisado do que “desaparecidos na Amazônia”.

No mapa gerado pela plataforma dos Estados, que fizeram as duas buscas, apenas Mato Grosso teve um número, minimamente, expressivo sobre o crime ocorrido na Amazônia, “desaparecidos na Amazônia” fez parte de 36% das pesquisas, enquanto, “cidade perdida Amazônia” correspondeu a 64%. Os dados não dão a quantidade exata de buscas, na plataforma, mas uma porcentagem baseada na popularidade do assunto.

Na comparação, seguindo de forma decrescente nas pesquisas, vêm os Estados do Pará, Pernambuco e Bahia, todos com 84% para a cidade perdida e 16% para os desaparecidos. O Amazonas, palco do desaparecimento, buscou apenas 7% sobre os desaparecidos e 93% sobre a cidade perdida.

Os números se tornaram ainda mais expressivos no dia 11 de junho, seis dias após o desaparecimento e a data da chegada da Força Nacional à Atalaia do Norte para ajudar nas buscas pelos desaparecidos. Antes desse dia, lideranças indígenas e a imprensa, nacional e internacional, faziam pressão no governo federal, que, até então, não havia se pronunciado sobre os desaparecimentos.

O geólogo amazonense Rafael Riker disse à REVISTA CENARIUM que as únicas “evidências” apresentadas pelo grupo de “pesquisadores” são imagens de um conjunto de linhas interpretadas por eles como ruas e avenidas de uma cidade perdida, mas que não podem ser usadas como prova da existência dessa civilização.

“É normal existirem estruturas conjugadas, como as que eles mostraram, e a gente sabe que há 450 milhões de anos não existiam humanos desenvolvidos, só algumas algas e trilobitas (animal marinho). E se essa cidade realmente existiu, nesse período, com a subida e a descida das águas, não restaria evidência, atualmente”, explica.

De acordo com o especialista, as primeiras civilizações nas Américas são datadas entre 20 e 30 mil anos, “então, mesmo que os ‘pesquisadores’ tenham colocado um zero a mais e digam que data de 45 milhões de anos, ainda assim, não existiam humanos por aqui”, diz Riker. ■

Teoria da conspiração

As primeiras publicações e conversas sobre Ratanabá são de 2020, mas o caso só ganhou repercussão recentemente e, para o geólogo, a perpetuação em massa sobre a cidade perdida não passa de uma “cortina de fumaça” para sobrepor o desaparecimento do indigenista e do jornalista na Amazônia.

“Essa história de Ratanabá se encaixa, perfeitamente, em uma teoria da conspiração. Primeiro, porque a primeira coisa que eles gostariam de esconder é sobre o desaparecimento do Dom e Bruno, então,

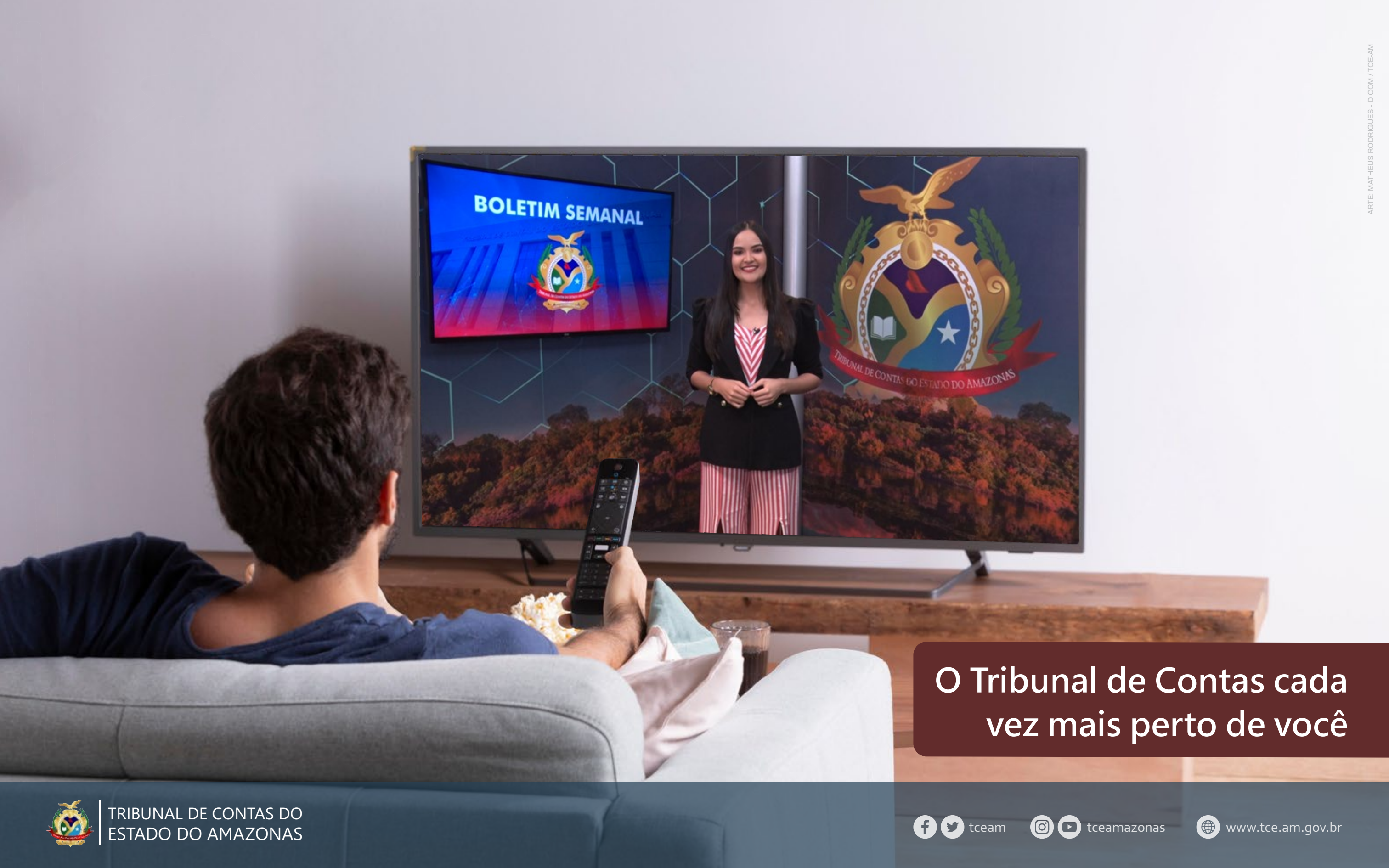
quando as pessoas pesquisam ‘Amazônia’, acabam caindo em notícias sobre Ratanabá, que não tem nada a ver, como uma ‘cortina de fumaça’ mesmo. Segundo, eles usaram a visita do Elon, afirmando que ele não queria investir na região, só roubar as ‘riquezas’ da cidade perdida”, afirma.

Para o antropólogo, escritor, jornalista e professor universitário Paulo Queiroz a popularidade da “cidade perdida” escancara uma mazela nacional de apatia, de quem está mais ocupado em “conteúdos piadistas que vêm de governos malicio-

sos” do que em sentir misericórdia por quem perde a vida lutando pela Amazônia.

“Ratanabá, no sentido empregado, não passa de um trocadilho fantasioso, despropositado e eivado de malícias que subtraem a capacidade, em colossal parte dos brasileiros, de sentir humanização e empatia diante das desgraças humanas”, diz o especialista ao avaliar que o fanatismo político, acentuado nos últimos anos, é o responsável pela alienação da população fragmentada por ideologias opostas.





ARTE: MATHEUS RODRIGUES - DICOM / TCE-AM

O Tribunal de Contas cada vez mais perto de você



TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO AMAZONAS



tceam



tceamazonas



www.tce.am.gov.br

‘Essa redução do IPI não foi a melhor decisão’

Vice-presidente Hamilton Mourão participou da abertura da ExpoAmazônia Bio&Tic, em Manaus, e comentou sobre a redução do IPI

Priscilla Peixoto e Eduardo Figueiredo – Da Revista Cenario

MANAUS (AM) – “Eu acho que essa redução do IPI, aqui, não foi a melhor decisão que a gente poderia ter tomado”. A declaração é do vice-presidente da República Hamilton Mourão, ao se referir aos ataques ao governo federal que, por meio de decretos, reduziram o Imposto sobre Produtos Industrializados da Zona Franca de Manaus (ZFM).

O discurso foi feito durante a abertura da ExpoAmazônia Bio&Tic no Centro de Convenções Vasco Vasques, Zona Centro-Sul de Manaus, quando o general destacou que o assunto pode voltar a ser debatido. “É um assunto que ainda pode ser estudado e óbvio que, com o passar do tempo, algumas dessas atividades deixarão de ter a isenção, mas não no presente momento em que estamos vivendo”, afirmou, acrescentando que o retorno da ZFM é positivo.

“É óbvio que toda vez que a gente faz uma renúncia fiscal, e a isenção de impostos é uma renúncia fiscal, ela tem que dar um retorno. Eu julgo que o retorno que é dado aqui pela Zona Franca de Manaus é um retorno positivo, porque gera em torno de 100 mil empregos diretos aqui na Amazônia”, disse.

EVOLUÇÃO

Durante a solenidade, o vice-presidente destacou ainda que, ao longo dos 55 anos de existência, a Zona Franca de Manaus já passou por várias adaptações e continua evoluindo.

“A Zona Franca está aí, com seus 55 anos. Ela veio se adaptando, ela veio como um modelo que era um mero entreposto comercial. Quem morava no Centro-Sul

do País e queria adquirir um bem a preço melhor, vou colocar aqui bens que vocês, hoje, devem ver só em museu, como videocassete, gravador de duas cabeças, essas coisas que haviam. Então, a turma vinha para comprar isso, aqui, e ela evoluiu realmente para um Distrito Industrial e está evoluindo, aí, na questão da agropecuária. Então, a Zona Franca vem se reinventando ao longo do tempo”, declarou o general.

O EVENTO

O evento foi realizado pela Associação do Polo Digital de Manaus (APDM), pelo Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA), pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado (Sedecti-AM) e pelo Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (Idesam).

O objetivo foi promover uma maior integração entre os polos sustentáveis e digitais da Amazônia, a fim de ampliar a inserção destes segmentos no desenvolvimento socioeconômico regional, com vistas, dentre outros objetivos, a ampliar a oferta de empregos de qualidade e de retorno social, com incremento da qualidade de vida e outros benefícios diretos.

Ao todo, a ExpoAmazônia contou com mais de 60 estandes, 100 startups, o Mercado Amazônia (para comercialização de produtos tipicamente regionais), 30 artesãos da economia criativa, palco principal com autoridades renomadas, três salas de palestras com programação variada, um hackathon (maratona de programação com desenvolvedores de tecnologia) e uma arena de batalha de codificação, além da arena kids voltada ao público infantil e área de alimentação. ■

Crédito: Ricardo Oliveira

Mourão também comentou sobre a segurança na Amazônia

“O retorno que é dado aqui pela Zona Franca de Manaus é um retorno positivo, porque gera em torno de 100 mil empregos diretos aqui na Amazônia”

Hamilton Mourão, vice-presidente da República

Cenario presente

Unindo inovação, meio ambiente e comunicação, o **Grupo Cenario** participou com um estande na exposição. No espaço, tinha a divulgação de exemplares da revista física e o grupo também apresentou as novidades do jornalismo na Amazônia por meio dos produtos da TV Cenario e Amazon Agency.

“É satisfatório para toda a equipe do Grupo Cenario fazer parte deste evento como aliada das pautas ambientais, defensora do contexto de inovação e divulgadora da economia tecnológica na Amazônia”, declara a diretora do Grupo Cenario, Paula Litaiff.

Outras prioridades

Mourão também preside o Conselho Nacional da Amazônia Legal, cujo o colegiado não possui representantes na região, e destacou o investimento em proteção nas áreas de fronteiras. Segundo o general, em meio a diversas demandas existentes no Brasil, é necessário estabelecer prioridades.

“O País vive outras carências. Temos que investir em educação, saúde e estabelecer as prioridades. E, dentro daquilo que está disponível, buscar realizar mais com menos, que permitam que as forças de segurança corram a lugares onde está ocorrendo algum tipo de ilegalidade com mais rapidez”, considerou o presidente do Conselho que complementou afirmando que ações na fronteira não são um trabalho de fácil execução.

“Tivemos um crime bárbaro cometido em uma região extremamente isolada da nossa Amazônia (...) Nós temos o Exército brasileiro jogado em torno do nosso arco fronteiro que realiza, continuamente, trabalhos para patrulhar as regiões. Temos 17 mil quilômetros de fronteiras com dez países diferentes, não é algo simples e não mora quase ninguém de ambos os lados, favorecendo grupos que atuam na ilegalidade”, considera.

Omissão que mata

Insegurança e falta de diálogo: assassinatos no Vale do Javari, no AM, completam um mês com governo federal omissos

Marcela Leiros – Da Revista Cenarium



Bruno e Dom desapareceram em 5 de junho deste ano, no Vale do Javari, e seus restos mortais foram encontrados dias depois

Crédito: Reprodução Acervo Pessoal



Crédito: Reprodução Acervo Pessoal

BRASÍLIA (DF) – Um mês após os assassinatos do servidor licenciado da Fundação Nacional do Índio (Funai) Bruno da Cunha Araújo Pereira e do jornalista britânico Dominic Mark Phillips, o “Dom Phillips”, o diálogo com a instituição e qualquer outro órgão do Executivo é inexistente, enquanto a insegurança e o clima de medo continuam presentes na região do Vale do Javari, no Amazonas. Servidores da fundação e indígenas sentem, diariamente, o descalço que a omissão do poder público causa.

No final de junho, senadores e deputados federais estiveram na região próximo à triplíce fronteira do Brasil com o Peru e Colômbia. No local, os presidentes das comissões externas da Câmara e

do Senado, respectivamente, deputado José Ricardo (PT-AM) e senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), participaram de reuniões com indígenas e servidores da Funai e até mesmo com políticos da região. Os relatos detalharam a falta de segurança na cidade de Atalaia do Norte e na região como um todo.

“Nesse tempo, todos eles [indígenas da região] foram ameaçados e puderam relatar que estão com medo. Disseram que se o Bruno foi assassinado, os outros que estão com ele estão na mira também. Conversamos com funcionários da Funai, eles se sentem ameaçados e com medo. Nós vamos reforçar essa cobrança de segurança”, disse José Ricardo à REVISTA CENARIUM.

Três pessoas foram presas suspeitas de envolvimento nos assassinatos: o pescador Amarildo da Costa Oliveira, o “Pelado”; Oseney da Costa, o “Da Costa”, irmão de Amarildo; e Jeferson da Silva Lima, também conhecido como “Pelado da Dinha”.

A reunião ocorreu na sede da União dos Povos Indígenas do Vale do Javari (Univaja), em Atalaia do Norte (AM), e contou com membros do Ministério Público Federal (MPF), Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Supremo Tribunal Federal (STF).

“Lá, é notório e todo mundo fala, o governo do Estado tem um efetivo da Polícia Militar muito pequeno, a Polícia Civil não tem estrutura para investigar

Federalização

A juíza de Direito Jacinta Silva dos Santos, titular da Comarca de Atalaia do Norte, interior do Amazonas, em decisão judicial, declinou da competência para a Justiça Federal do processo que trata do homicídio do indigenista Bruno Pereira e do jornalista Dom Phillips, ocorrido em junho. A decisão foi divulgada pela assessoria de imprensa do Tribunal de Justiça do Amazonas (TJAM), no dia 7 de julho.

Segundo informações da assessoria, a magistrada observou que o relatório das investigações realizadas pelas polícias Civil e Federal, e que consta nos autos processuais, concluiu que a motivação do crime estaria relacionada diretamente com os direitos indígenas, cuja análise da matéria jurídica é de competência da

Justiça Federal. Além disso, o Ministério Público também ponderou sobre as informações apresentadas no relatório e pediu a declinação da competência para a Justiça Federal. “Essas informações não constavam anteriormente nos autos, o que permitia, portanto, a atuação do Juízo estadual nesse processo”, explicou a juíza.

No dia 6 de julho, houve um pedido das autoridades policiais que estão à frente das investigações para que a Justiça convertesse a prisão temporária de três investigados em prisão preventiva. Esse pedido deverá ser analisado agora pela Justiça Federal, caso aceite a declinação de competência.

(*) Com informações da assessoria

Crédito: José Sérgio | Câmara dos Deputados



Deputado José Ricardo preside Comissão Externa da Câmara Federal que investiga assassinatos no Vale do Javari

tudo o que acontece, a Polícia Federal é muito reduzida para atender todo o Alto Solimões, a Funai sem estrutura para garantir o funcionamento nessa região, falta gente, falta equipamento, o Ibama [Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis] foi desativado nessa região e cobraram a presença do Inbra [Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária]”, acrescentou o deputado.

SEM DIÁLOGO

Servidores da Funai em, pelo menos, 34 cidades paralisaram as atividades para pedir justiça pela morte do indigenista e do jornalista. Eles também cobraram melhores

“Todos eles [indígenas da região] foram ameaçados e puderam relatar que estão com medo. Conversamos com funcionários da Funai, eles se sentem ameaçados e com medo. Vamos reforçar essa cobrança de segurança”

José Ricardo, deputado federal, presidente da Comissão Externa da Câmara Federal que investiga os assassinatos no Vale do Javari.

condições de trabalho e exigiram a saída imediata do presidente do órgão, Marcelo Augusto Xavier da Silva. Os servidores alegaram, e ainda afirmam, que não há diálogo efetivo com a diretoria da instituição.

“Diálogo não existe. A gente estava tentando um diálogo com o ministro da Justiça, teve uma comissão que foi recebida pelo secretário executivo adjunto [do ministério, Washington Leonardo Bonini], mas não teve nenhum progresso. As condições e diálogos estão muito difíceis”, disse o presidente da Associação dos Indigenistas Associados (INA), Fernando Vianna.

No mesmo dia da paralisação nacional, o assessor jurídico da União dos Povos

Indígenas do Vale do Javari (Univaja) — organização indígena que denunciou os desaparecimentos de Bruno e Dom Phillips —, Eliesio Marubo, afirmou que, até aquele momento, 18 dias após o assassinato, nenhum órgão do Executivo havia procurado a Univaja para tratar sobre os problemas da Amazônia. A situação permanece até os dias atuais.

“Continuamos mobilizados, a questão da greve continuamos fazendo paralisação pontual. É um estado permanente de greve, de mobilização. Isso vai continuar, porque a situação é muito grave, chegou a um ponto limite e a gente não vê nenhum progresso, reiterou Vianna.

A reportagem questionou a Funai sobre se há pretensão de atender às reivindicações dos servidores, quais ações a fundação planeja realizar para proteger os povos indígenas do Vale do Javari e se há planejamento para reativar mais bases da Funai na região, mas não obteve retorno até a publicação desta matéria. ■

Indenização milionária

A omissão da Funai fez com que a Defensoria Pública da União (DPU), junto ao Ministério Público Federal (MPF), protocolassem, no dia 3 de julho, um pedido de indenização por danos morais coletivos contra a União no valor de R\$ 50 milhões a serem revertidos em favor dos povos indígenas isolados e de recente contato.

No pedido, feito em uma ação que já corre desde 2018 na Justiça Federal, a DPU e o MPF acionam a Fundação Nacional do Índio e a União, e ainda apresentam um plano para que as bases das Frentes de Proteção Etnoambiental no Amazonas passem a gozar de recursos humanos e materiais mínimos para o efetivo cumprimento de suas finalidades. A Univaja participa da ação como amicus curiae.

Na ação, Defensoria e Ministério Público Federal associam o pagamento da indenização à apresentação de um projeto e um cronograma por parte da Funai para não esquecer outros setores da instituição ou mesmo aqueles voltados à preservação dos índios de recente contato.

‘Bancada do crime’ em Roraima

Alexandre Saraiva fez diversas acusações contra os senadores de Roraima Telmario Mota (Pros) e Mecias de Jesus (Republicanos), ao dizer que eles e outros parlamentares fazem parte da chamada “bancada do crime”.

Gabriel Abreu — Da Revista Cenarium

BOA VISTA (RR) – Ex-superintendente da Polícia Federal do Amazonas (PF-AM), o delegado Alexandre Saraiva concedeu uma entrevista ao programa “Estúdio I”, da jornalista Andrea Sadi, da Globo News, e fez diversas acusações contra os senadores de Roraima Telmario Mota (Pros) e Mecias de Jesus (Republicanos), ao dizer que eles e outros parlamentares

“Esses criminosos têm boa parte dos políticos da Região Norte no bolso. Eu estou falando de governadores, senadores. Olha o Centrão, veja de onde saíram grande parte dos parlamentares do Centrão. São financiados por esses grupos. Zequinha Marinho, Telmário Mota, Mecias de Jesus, Jorginho Melo, de Santa Catarina, mandou ofício; a Carla Zambelli foi lá

“Temos uma ‘bancada do crime’, na minha opinião, de marginais, de bandidos”

Alexandre Saraiva, delegado da Polícia Federal

fazem parte da chamada “bancada do crime”. A entrevista tratava sobre o desaparecimento do indigenista Bruno Araújo e do jornalista inglês Dom Philips, na região do Vale do Javari, no Amazonas.

defender madeireiro. Temos uma ‘bancada do crime’, na minha opinião, de marginais, de bandidos”, afirmou Saraiva.

O senador Telmário Mota disse a reportagem que Alexandre Saraiva é um



Alexandre Saraiva, Teomario Mota e Mecias de Jesus

homem “desequilibrado”, “oportunista” e pré-candidato a deputado federal. “É um homem que tudo que ele faz não tem consistência, ele entrou com uma queixa contra mim e foi arquivada no Supremo Tribunal Federal por falta de provas e está sendo processado criminalmente por isso”, disse o parlamentar.

DELEGADO FOI ATACADO

Saraiva afirmou que, durante uma audiência na Câmara dos Deputados, na Comissão de Legislação Participativa, foi atacado pelos parlamentares.

“Eu que fui em tantas audiências criminais com advogados e criminosos sentados na minha frente, nunca fui tão desrespeitado pelos criminosos presos, como naquele dia lá na Câmara. Os deputados estavam fazendo uma lista de defesa do crime”, lembrou Saraiva.

Saraiva foi superintendente da Polícia Federal no Amazonas e foi transferido para o Rio de Janeiro em 2021, depois de denunciar o ex-ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, por proteger madeireiros ilegais. O delegado coordenou a ‘Operação Handroanthus’,

que fez a maior apreensão de madeira da história na Amazônia.

“Eu tenho aqui uma coleção de ofícios de senadores de diversos Estados da Amazônia enviados para o meu chefe, dizendo

que eu estava ultrapassando os limites da lei, que eu estava cometendo abuso de autoridade. Já teve senador junto com madeireiros me ameaçando... Enfim, o que pega é isso”, disparou o delegado. ■

Ausência do Estado

De acordo com o delegado, são vários os relatos de servidores públicos que sofrem ameaças. Segundo Alexandre Saraiva, existe um “grande risco para esses servidores e que não pode ser solucionado sob o ponto de vista da segurança pessoal”. “O que pode resolver o problema não é uma segurança específica para determinado servidor, porque eu acho que é inviável. O que precisa é se mostrar forte na região”, afirmou o ex-superintendente.

Copa do Mundo: desafio para as mulheres na arbitragem

Esta será a primeira vez que mulheres apitarão jogos do mais importante torneio de futebol masculino

Com informações da Folha de S.Paulo



A brasileira Neuza Inês Back foi designada pela Fifa para ser assistente na Copa do Mundo no Catar

Crédito: Liamara Polli | CBF

CATAR – No Catar, mulheres apitarão, pela primeira vez, jogos do mais importante torneio de futebol masculino, entre elas uma brasileira. Embora sejam proporcionalmente poucas na arbitragem, a mudança é vista como significativa. Na última vez que a brasileira Neuza Inês Back esteve no Catar para um jogo, ela fez parte da equipe de arbitragem na final do Mundial de Clubes de 2020, quando o então campeão europeu Bayern de Munique venceu o gigante mexicano Tigres por 1 a 0, em Al Rayyan.

A catarinense já atuou em jogos do Campeonato Brasileiro, Copa Libertadores e Copa do Brasil, bem como na Copa do Mundo Feminina de 2019, na França. E, em 2022, foi designada pela Fifa para ser assistente na Copa do Mundo no Catar.

Na cerimônia de entrega de prêmios após a partida do Mundial de Clubes, o

xeque Joaan bin Hamad Al Thani, da família real do Qatar, bateu alegremente com os punhos nos jogadores e funcionários masculinos enquanto passavam por ele para receber suas medalhas. Mas, quando Back e sua compatriota Edina Batista, que atuou como quarta árbitra, passaram por ele, Al Thani pareceu olhar para além das duas mulheres, como se não existissem.

Embora a lei islâmica proíba os homens de tocarem fisicamente as mulheres fora de suas famílias imediatas, isso não os impede de serem corteses, baixando os olhos e fazendo outros gestos de respeito.

As imagens do incidente rapidamente se tornaram virais. Os organizadores insistiram que foi um “pequeno mal-entendido” relacionado aos protocolos de higiene da Covid-19, mas foi interpretado pelos críticos do Qatar como mais uma evidência de que o país, com suas leis

rígidas, não é adequado para sediar eventos esportivos globais.

Agora, Back deve retornar ao Qatar como uma das seis mulheres da equipe de árbitros da Copa do Mundo masculina, a partir de novembro. Suas colegas assistentes são Kathryn Nesbitt (EUA) e Karen Diaz Medina (México), enquanto Stephanie Frappart (França), Yoshimi Yamashita (Japão) e Salima Mukansanga (Ruanda) atuarão como árbitras principais.

A novidade no torneio acontece numa edição controversa, com o país do Oriente Médio sendo acusado por organizações de direitos humanos de usar o futebol como plataforma para afastar alegações desagradáveis de violações de direitos humanos, incluindo discriminação de gênero.

Embora a proporção de mulheres na equipe de arbitragem do torneio seja baixa,

analistas dizem que a mudança é significativa, especialmente em um país onde as mulheres podem ser, literalmente como no caso de Back e Al Thani, ignoradas.

“Que isso esteja acontecendo no Qatar é uma mensagem forte”, diz Erin Blankenship, cofundadora da Equal Playing Field, uma organização sem fins lucrativos que busca uma melhor representação feminina nos esportes.

“Não espero que a Copa do Mundo tenha uma divisão de gênero 50/50. Mas, acho que está chegando ao ponto em que não importa o gênero. Se você é bom em seu trabalho, tem todo o direito de estar em campo. Para mim, esse é o objetivo”.

ALÉM DO QATAR

As outras árbitras da Copa do Mundo no Qatar são a japonesa Yoshimi Yamashita, que apitou os jogos masculinos na Copa das Nações da Ásia e na Liga dos Campeões da AFC; a assistente Kathryn Nesbitt, professora de química e árbitra de futebol; e a assistente Karen Díaz Medina, do México.

Ainda há vários argumentos a favor de uma melhor representação feminina nos esportes, mas, para as árbitras em início de carreira, o quadro de arbitragem no Qatar é uma confirmação da importância da qualificação, diz Eva Lotta Lockner, árbitra amadora no clube alemão Hamburgo SV.

Isso significa “que temos realmente uma chance de sermos selecionadas para os principais torneios masculinos, se nos esforçarmos e mostrarmos ambição”, acrescenta.

Mas, embora a iniciativa da Fifa seja louvável, o que vai acontecer depois da Copa do Qatar é igualmente importante, diz Blankenship, e acrescenta que este deve ser um projeto de longo prazo.

“Estou entusiasmada que isto esteja acontecendo”, diz. “Mas, assumimos a responsabilidade pelas barreiras institucionais contra as mulheres e vamos removê-las”. ■

A injustiça da Justiça

*Flávio Henrique de Freitas



Crédito: Acervo Pessoal

Em conversa com uma ministra de um Tribunal Superior, lembrei um caso que, apesar de ter chocado a sociedade brasileira, bem como a comunidade jurídica, hoje está quase esquecido por parte da mídia, após, inclusive, duas absolvições do acusado por um tribunal brasileiro.

Um fato dramático onde a mulher, vítima de um ato de violência sexual, destratada e desrespeitada na audiência do processo onde era vítima, foi condenada várias vezes: condenada por ser mulher, condenada por ser vítima de um abuso sexual, condenada e humilhada por alguns profissionais do Direito em audiência, sem intervenção de quem presidia o ato e com a leniência do Ministério Público.

Para grande parte da sociedade civil e, por que não, a jurídica também, mais uma vergonha para o sistema de justiça brasileiro, que deveria proteger a vítima; não aceitar ser ela transformada em acusada de forma tão vexatória. Vídeos da audiência rodaram o País, causando indignação pelo despreparo técnico e falta de empatia dos profissionais envolvidos naquele ato, que mais pareceu um filme de terror para a vítima.

Mariana Ferrer, hoje, apesar de conferir seu nome a uma importante alteração legislativa, assim como fez Maria da Penha, retrata a face mais triste de ser mulher em um país machista e sexista como o Brasil.

Maria da Penha teve que sofrer algumas tentativas de homicídio, perder os movimentos das pernas, em decorrência das agressões, e ver seu agressor absolvido pela

Justiça brasileira, o qual só foi condenado, posteriormente, pela intervenção de uma Corte Internacional.

Mariana Ferrer, seguindo essa mesma triste lógica, teve que ser vítima de um delito contra a sua liberdade sexual, depois, na audiência de julgamento desse delito, sofrer acusações contra a sua honra, ser humilhada e transformada em culpada por um delito que ela foi vítima, sem a interferência do presidente da audiência, nem do membro do Ministério Público.

Vítimas, jamais, nunca, em hipótese alguma, podem ser consideradas culpadas pela prática de um delito que sofreram. A mulher, como ser livre, tem total liberdade de agir, se vestir, falar, trabalhar, se manifestar e se posicionar na forma que melhor entender, e isso não concede a ninguém o direito de desrespeitá-la.

Algumas perguntas estão em minha mente, diante desse caso:

1. Como Mariana Ferrer está se sentindo com as decisões da Justiça catarinense?
2. Será o Brasil, mais uma vez, condenado por uma Corte Internacional, a exemplo do caso Maria da Penha?
3. Até quando a mulher será considerada responsável por sofrer um abuso sexual?

A palavra da vítima importa! ■

*Flávio Henrique de Freitas é juiz de Direito, juiz auxiliar no Superior Tribunal Militar (STM), mestre e doutorando em Direito Constitucional. Coordenador da Escola Nacional da Magistratura.

‘A felicidade precisa de loucura’

Escritor Odenildo Sena fala sobre livro de crônicas da vida

Malu Dacio – Da Revista Cenarium

MANAUZ (AM) – Professor, escritor e uma das maiores referências em produção textual do Brasil, o paraense Odenildo Sena é autor da obra “A engenharia do texto” e conversou, com exclusividade, com a **REVISTA CENARIUM**, sobre o seu novo livro: “A felicidade precisa de loucura”.

A obra reúne 115 crônicas escritas em diferentes momentos da vida. “Nelas eu abordo os mais diversos temas do cotidiano, numa espécie de sinfonia do meu tempo”, explicou o linguista, que tem mestrado e doutorado em Linguística Aplicada.

Revista Cenarium: A felicidade precisa de loucura?

Odenildo Sena: Penso que a felicidade, em si, já é uma loucura, se considerarmos que ela nunca é cronologicamente plena e depende sempre de uma busca permanente, a exigir, portanto, que nós estejamos

nos reinventando a todo momento diante das circunstâncias da vida.

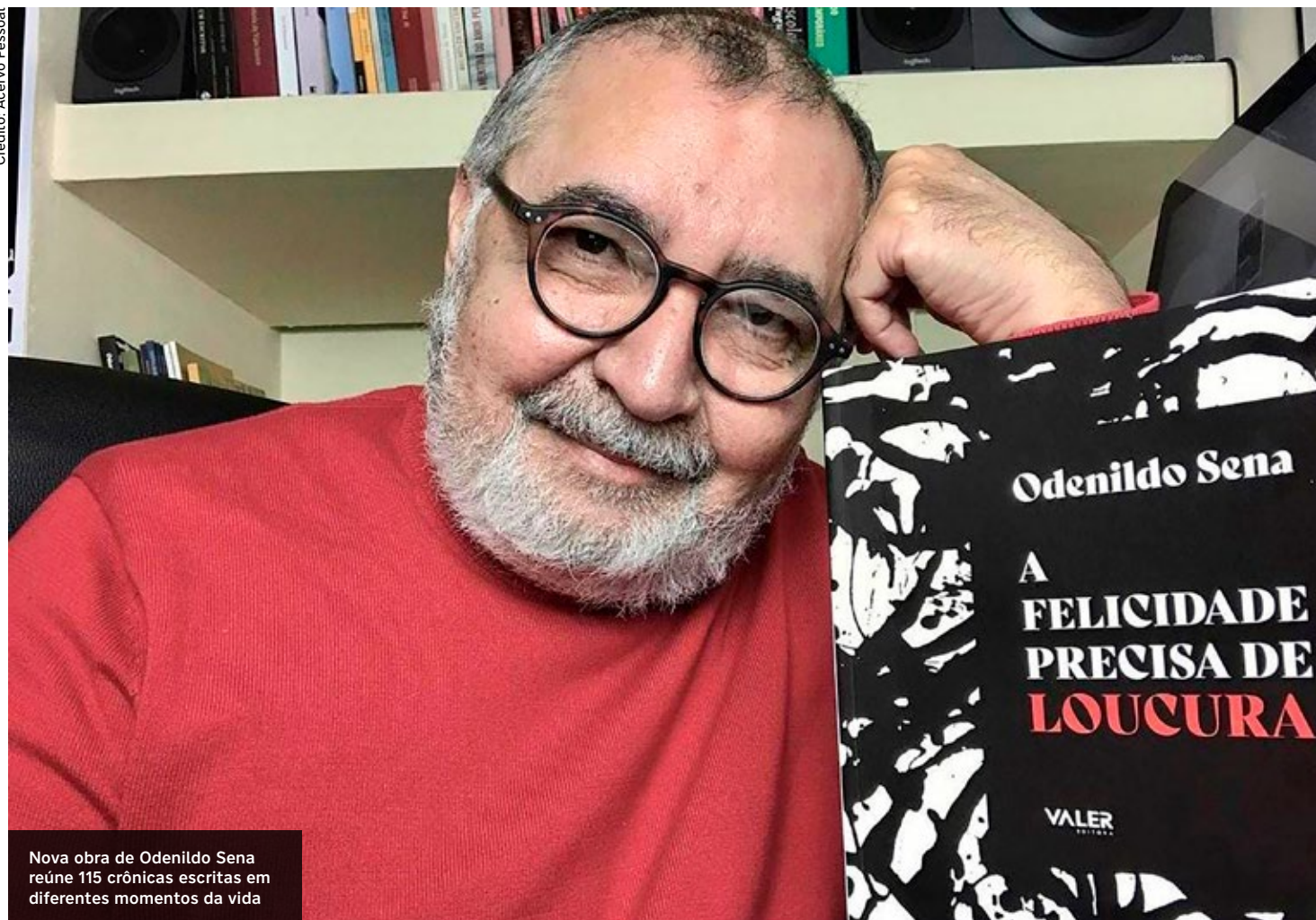
RC: E o que é loucura?

OS: A loucura, por sua vez, é essa busca incessante e incansável da felicidade, daí uma estar ligada à outra, numa espécie de fatalidade: a felicidade precisa de loucura e a loucura se alimenta da felicidade. Pode até ser complicado, mas é assim que eu vejo.

RC: O que é a felicidade?

OS: Para mim, a felicidade é um estado de espírito, uma vez que, como eu falei antes, ela não existe em sua plenitude, por isso carece de estar sendo permanentemente buscada. E isso nos faz entender que não existe um conceito preestabelecido do que seja a felicidade. Ela pode estar nas pequenas coisas, nos mínimos gestos, nas pequenas e grandes paixões. Vou dar um exemplo, materialmente, bem simples: há pessoas que se sentem felizes e orgulhosas

Crédito: Acervo Pessoal



Nova obra de Odenildo Sena reúne 115 crônicas escritas em diferentes momentos da vida

“O leitor pode ler cada um dos capítulos independentemente dos outros ou pode mesmo ler as crônicas por escolha aleatória, sem se preocupar com a estrita sequência dos capítulos”

em manter em casa uma imensa biblioteca; já eu me senti feliz e realizado no dia em que doei praticamente todos os meus livros a pessoas amigas e a bibliotecas públicas.

RC: Qual a temática desse livro?

OS: Na verdade, o livro não trata, especificamente, da questão da loucura e da felicidade. Nele eu reúno 115 crônicas, escritas em diferentes momentos da minha vida, e nelas eu abordo os mais diversos temas do cotidiano, numa espécie de sinfonia do meu tempo. Bem a propósito, posso dizer que o livro é comemorativo aos meus setenta anos de idade. Quanto ao título, “A felicidade precisa de loucura”, foi o nome que eu atribuí a uma das crônicas que compõem o livro. E é oportuno dizer que

ele foi escolhido em uma enquete pelas pessoas que me acompanham nas redes sociais. Posso dizer, portanto, e isso me deixa feliz, que o título desse meu livro foi coletivamente construído.

RC: Quais as lembranças que o senhor traz em seu novo livro?

OS: No âmbito do que eu chamei de “uma sinfonia do meu tempo em 115 crônicas escolhidas”, que corresponde ao subtítulo da obra, o livro está dividido em seis capítulos, cada um reunindo crônicas que abordam diferentes momentos da minha vida: Tempo das lições de casa, Tempo de aprendizagem com a vida, Tempo das memórias de menino, Tempo de um observador à espreita, Tempo das memórias de sala de aula e, por fim, Tempo de pande-

“Tenho várias frentes de trabalho, dentre as quais o projeto de um romance memorialista, que se passa na minha infância e já está bem adiantado”

mia. Neste sentido, eu costumo dizer que se trata de um livro de cabeceira. O leitor pode ler cada um dos capítulos independentemente dos outros ou pode mesmo ler as crônicas por escolha aleatória, sem se preocupar com a estrita sequência dos capítulos.

RC: Quais os seus projetos literários para 2022?

OS: Tenho várias frentes de trabalho, dentre as quais o projeto de um romance memorialista, que se passa na minha infância e já está bem adiantado, e outro reunindo alguns contos, gênero a que tenho me dedicado um pouco nos últimos tempos. Ao lado desses projetos, continuo escrevendo crônicas, trabalho com o que eu me identifico muito e que representa minha maior produção.

RC: Como as pessoas podem adquirir seu mais novo livro?

OS: Tanto esse meu livro mais recente – “A felicidade precisa de loucura” – quanto os anteriores estão disponíveis em edição impressa e em versão e-book. No primeiro caso, podem ser encontrados em livrarias diversas ou no site: editoravaler.com.br. No segundo caso, para quem é adepto do e-book, meus livros podem ser encontrados no site: amazon.com.br. ■

‘Soul do Monte’: coletivo investe em cultura, educação e inclusão

O coletivo conta com mais de 130 pessoas envolvidas nos projetos audiovisuais, fotográficos, teatrais e na produção de podcasts, oficinas de gêneros textuais, escrita criativa e fanzines

Ívina Garcia – Da Revista Cenarium

MANAUZ (AM) – O acesso à educação, lazer e esporte é um direito assegurado por lei para as crianças e adolescentes. Entretanto, a realidade em bairros periféricos é outra. A ociosidade na infância e na adolescência nesses locais pode levar a caminhos diferentes dos educacionais. E é por isso que, em diversos bairros, os próprios comunitários criam os espaços de lazer e cultura para suprir a ausência de políticas públicas que

possibilitem o acesso a esses direitos. E foi dessa forma que nasceu, há dois anos, o Coletivo Soul do Monte, localizado no bairro Monte das Oliveiras, Zona Norte de Manaus.

Segundo o coordenador do projeto, Rojefferson Moraes, a criação do coletivo partiu de uma vivência dele. Nascido e crescido no bairro, Rojefferson encarou o problema vivido por outras famílias que moram no local.

“Quando eu pensei em fazer um trabalho aqui no bairro, que é um bairro com 30 anos de existência e não tem nenhum tipo de trabalho nesse campo, pensei justamente no fato de eu ter perdido dois irmãos e uma prima aqui dentro para o tráfico. Então, eu sei o que é ter a família atravessada por essa problemática”, afirma.

O Monte das Oliveiras nasceu de uma invasão de terrenos na década de 1980, liderada pela Irmã Helena Walcott, res-

Projeto nasceu da necessidade de levar lazer e educação para os jovens da periferia



Crédito: Ricardo Oliveira



Crédito: Ricardo Oliveira

Crianças produziram conteúdos para jornal experimental sobre a história do bairro

ponsável também pela criação de outros oito bairros de Manaus, conhecidos pela violência e guerra do tráfico.

“Antigamente, para a gente sair na rua era arriscado. A gente tinha medo de ser assaltado, de ser morto. Antes, nossa vida era cercada pela violência. O Rojefferson foi fazendo esse resgate das pessoas, tentando criar o espaço e nisso começou a agregar a comunidade, que tem, agora, bastante voluntários”, conta Alessandra Lopes, voluntária do projeto.

O Soul do Monte busca reparar vulnerabilidades, criando espaços tanto para crianças e adolescentes participarem de oficinas quanto para os pais acompanharem os filhos e procura acolher aqueles que perderam familiares para o tráfico, bem como mulheres em situação de vulnerabilidade social.

“A ideia é ocupar as crianças e tirar elas do ócio, mas também ser um espaço de amparo para essas mães e famílias que, muitas vezes, têm a vida marcada pelo preconceito, por perderem filhos para o tráfico. Só que o ‘moleque’ se envolveu com o tráfico porque o Estado falhou

em não estar aqui dentro fazendo o que deveria ser feito”, explicou o coordenador.

Entre voluntários e alunos, o coletivo conta com mais de 130 pessoas envolvidas nos projetos audiovisuais, fotográficos, teatrais e na produção de podcasts, oficinas de gêneros textuais, escrita criativa e fanzines.

CAPACITAÇÃO

Atualmente, o projeto recebe apoio do governo do Estado, por meio da Fundação Amazônia Sustentável e do Global Shapers, que possibilitou a construção do banheiro, fossa biológica e a sala multimídia do espaço.

Dentre as oficinas e cursos ofertados no coletivo, as aulas de informática se destacam por proporcionar inclusão digital para a comunidade. Com três turmas e utilizando plataforma online de aprendizagem, o curso de informática básica já atendeu a cerca de 60 alunos e tem como supervisora a voluntária Lyzandra Lopes, que recebeu treinamento e, agora, repassa o aprendizado para a comunidade.

Lyzandra conta que dar esse suporte fez com que ela descobrisse a paixão por lecionar. “Primeiro, eu aceitei pela experiência, mas, depois, percebi que eu gosto de ensinar. Eu gosto de ensinar cada aluno até eu perceber que ele aprendeu. Antes de estar aqui eu não sabia o que queria fazer, mas acho que quero continuar sendo professora”, disse.

Na busca por garantir a inclusão das mulheres no mercado de trabalho, o Coletivo Soul do Monte oferece cursos de capacitação e foi na criação de um desses cursos que surgiu a necessidade da criação do curso de informática.

“Nós tínhamos ofertado um curso de operadora de caixa para mães aqui do bairro, porém, quando elas foram fazer a técnica, nós nos demos conta de que elas não tinham noção de informática. Então foi por isso que passamos a ofertar o curso”, explica Rojefferson.

Atualmente, o coletivo já conseguiu empregar seis mulheres no Shopping Grande Circular, na Empresa Sodexo e no mercado local. Além das oficinas, o local oferta atividades permanentes, que incluem aulas de ginástica coletiva, com 30 mulheres, aulas de capoeira para 30 crianças e palestras de prevenção dentária, orientação jurídica para mulheres, tipos de violência contra a mulher e atenção para a saúde da mulher. ■

Pandemia uniu comunidade

Segundo o coordenador do coletivo, a pandemia foi responsável por unir a comunidade. Durante o período mais crítico da Covid-19, o espaço passou a receber cestas básicas e era responsável pela distribuição. Essa ação contava com quatro pessoas, inicialmente, e acabou trazendo mais pessoas para dentro do galpão como voluntárias.

“Foram 400 famílias atendidas, mais de mil cestas básicas doadas, 500 kits de higiene, mais de 2 mil máscaras de proteção produzidas e mais de R\$100 mil em alimentos doados por meio de cartão-alimentação”, contou Rojefferson.

Crédito: Ricardo Oliveira

Vendedor de experiências

A Gracco Viagens já realizou mais de 10 mil experiências ao longo de seis anos de trabalho

Priscilla Peixoto – Da Revista Cenarium



MANAUS (AM) – Conhecido pela criatividade, carisma e por estar sempre atento às necessidades da clientela, o empreendedor José Graco Ferreira da Silva tem se destacado no mercado de turismo. Fundador da Gracco Viagens e Turismo, o recifense, de 44 anos, compartilha com a REVISTA CENARIUM parte da trajetória que envolve sonhos, lutas, conquistas, gestão e o sucesso de uma agência de viagens amazonense totalmente online.

Formado em Administração, pós-graduado em Coaching e em Liderança e Gestão de Pessoas e com diversos treinamentos na bagagem, o empresário, que há 6 anos se dedica à venda de passagens aéreas, tanto para cidades do Brasil quanto para o exterior, destaca que o foco em marketing digital é uma das principais ferramentas para o sucesso das empresas que querem se estabelecer no mercado, atualmente.

“Seja influenciador do seu próprio negócio. O mercado está cada vez mais competitivo e buscar novas alternativas para envolver e conquistar o cliente tem sido o desafio de todo empresário do ramo de turismo. Nós, da Gracco Viagens, temos como foco o atendimento com excelência, então, buscamos aprimorar nossos métodos e investir, principalmente, no marketing digital, justamente para conseguir proporcionar as melhores experiências”, considera Graco.

PAIXÃO E EMPREENDEDORISMO

Graco iniciou a trajetória profissional ligada ao turismo em 1997, quando trabalhou na recepção da extinta companhia aérea Viação Aérea São Paulo (VASP). Anos depois, virou agente de viagens da empresa CVC, em seguida gerente da companhia Gol Linhas Aéreas. Neste período, exerceu cargos administrativos com trabalho de gestão em diversas áreas, mas não deixava o turismo de lado.

“Ali, a semente da paixão pelo turismo foi plantada. Realmente, não é fácil trabalhar nesse ramo, mas, quando se faz o que ama, o trabalho deixa de ser trabalho e vira diversão. Hoje, minha maior realização é ver o sonho dos meus clientes concretizados”, conta o empresário que complementa:

O empresário, há 6 anos, dedica-se em facilitar a realização de viagens

“É pensando nesse sentimento e satisfação que desvio das dificuldades do mercado. Todo trabalho tem suas dificuldades, só que um bom empreendedor não desiste nas primeiras barreiras encontradas. A persistência é o segredo para o sucesso”, salienta o empreendedor.

‘UM BOM GESTOR TEM EMPATIA’

Por falar em conexão e em parceria, o gestor relembra o período da pandemia, fase em que os empreendedores foram, de fato, um dos mais afetados economicamente. Segundo o empreendedor, momentos dessa natureza exigem empatia, sentimento sempre presente em um bom líder.

“Sendo influenciador do meu próprio negócio, e para que a crise não afetasse tanto a empresa, fiz com que meu cliente pudesse conhecer quem estava por trás dos bastidores da Gracco Viagens. Pouco se fala de empatia nos negócios, então, resolvemos aproximar o cliente e funcionários da agência, compartilhando os momentos difíceis e, claro, nunca deixando de acreditar que tudo iria ficar bem logo”, relembra.

De acordo com ele, é justamente por meio do resultado dessas experiências

vividas pelos clientes que novos consumidores passam a ter confiança nos serviços ofertados, fazendo com que os clientes já fidelizados sejam os próprios promotores de credibilidade da empresa.

DESAFIO E QUALIDADE

Questionado sobre qual seria o maior desafio para um profissional que conduz uma agência de viagens, José Graco é rápido ao mencionar a “concorrência virtual”. Para ele, a falta de comprometimento de algumas empresas que se atentam somente ao valor do produto vendido, sem dispor de uma política de assistência, pode prejudicar empreendimentos sérios e comprometidos com todo o processo, desde a compra até a pós-viagem.

“Tem uma máxima que reflete muito bem sobre a concorrência virtual: “às vezes, o barato sai caro”. Tem clientes que pensam apenas no preço, mas não pensam no auxílio, caso dê algum problema com essa compra. É comum vermos depoimentos de pessoas que compraram em sites, por conta do preço, mas ficaram desassistidas



Crédito: Ricardo Oliveira

Com o atendimento na modalidade on-line, o empreendedor aposta no setor de vendas e atendimentos virtuais

“Pouco se fala de empatia nos negócios, então, resolvemos aproximar o cliente e funcionários da agência, compartilhando os momentos difíceis e, claro, nunca deixando de acreditar que tudo iria ficar bem logo”

José Graco Ferreira da Silva, empreendedor

‘Tem que acreditar’

Aos que desejam, assim como Graco, investir no ramo do turismo e viagens, o empreendedor lista quatro pontos considerados por ele como essenciais.

“Ao longo desses anos e das mais de 10 mil experiências proporcionadas, tivemos e vivemos os mais diversos cenários desse ramo de trabalho. Primeiro, foque naquilo que você acredita, invista em marketing digital, identifique seu nicho de cliente e inove sempre. Seja competitivo com você. Não é uma receita de bolo, ou seja, não será apenas isso que fará com que você tenha sucesso no turismo. É preciso paciência e resiliência para superar os desafios. O sucesso é uma decisão, vai de você acreditar e conquistar”, finaliza Graco.



Graco iniciou a trajetória profissional ligada ao turismo em 1997

Crédito: Ricardo Oliveira

na hora que aconteceu um problema”, lamenta o empresário que destaca:

“Na Gracco Viagens, nossa missão não acaba quando o cartão do cliente é aprovado. Temos a política de assistência onde o cliente é atendido na captação, que chamamos de pré-viagem, durante o processo

de compra e finaliza no pós-viagem, que é o feedback sobre o serviço prestado. Esse tem sido nosso diferencial para concorrer de igual para igual com os preços que a internet proporciona. Aqui, você não compra apenas uma passagem, na Gracco Viagens você compra uma experiência”, explica José. ■

Gracco Viagens e Turismo

Fundada em Manaus no ano de 2016, a Gracco Viagens já realizou mais de 10 mil experiências ao longo de 6 anos de trabalho. Atualmente, além da capital amazonense, a empresa também possui uma base de vendas em Recife, local onde o empresário reside.

Com o atendimento na modalidade online, José Graco aposta no setor de vendas e atendimentos virtuais. “Sabemos que a internet vem se tornando o melhor meio de vendas do mundo e nosso foco continua sendo as vendas online, mas nada impede de, no futuro, abriremos um espaço físico para atender

nossos clientes. Inclusive, essa ideia já está no papel, pronta para ser executada”, afirma.

O empresário, além de acreditar na qualidade do atual formato de serviço disponível ao público, também crê na conexão e parceria com os clientes. “Nesses seis anos de existência, a Gracco Viagens tem conquistado o seu espaço na cidade de Manaus, no Brasil e até no exterior, apostando em um atendimento exclusivo e personalizado para fidelizar seus clientes. E olha, a receita vem dando certo!”, comenta.

Turismo 'na palma da mão'

No aplicativo #SouManaus, turistas, visitantes e moradores da cidade poderão aprender mais sobre a biodiversidade, gastronomia, conhecer pontos turísticos e ter acesso a informações.

Ívina Garcia - Da Revista CENARIUM

MANAUAS (AM) – A pandemia de Covid-19 e o isolamento social afetaram vários segmentos econômicos no Amazonas durante os últimos dois anos. Em Manaus, restaurantes, casas de shows, teatros e festas precisaram ser fechadas em uma parada brusca que afetou diretamente o faturamento do setor de cultura e turismo. Para tentar uma retomada, a Prefeitura de Manaus criou um planejamento estratégico com o intuito de movimentar diversos setores e, por meio da Fundação Municipal de Cultura, Turismo e Eventos (Manauscult), apresentou, no dia 9 de junho, o aplicativo #SouManaus, para celulares com sistema Android e iOS, previsto para ser lançado ainda no mês de julho.

De acordo com a Manauscult, o aplicativo será um mecanismo por meio do qual turistas, visitantes e moradores da cidade poderão aprender mais sobre a biodiversidade, gastronomia, conhecer pontos turísticos e ter acesso a informações.

De acordo com dados do Observatório de Turismo da UEA, antes da segunda onda da pandemia, o Amazonas já apre-

sentava uma queda de 60% no setor turístico, além de uma redução de 72% no faturamento das agências de turismo e 70% na área de hospedagens. A retomada, no entanto, não tem sido fácil e nessa busca por atrair novos públicos e visitantes, iniciativas como o aplicativo são uma ferramenta bem-vinda.

A diretora de Turismo da Manauscult, Oreni Braga, contou à **REVISTA CENARIUM** que a prefeitura quer tornar Manaus um destino turístico consolidado no mercado nos segmentos de turismo esportivo, religioso, turismo de aventura, turismo da pesca esportiva, turismo gastronômico, de moda, eventos e outros.

“Queremos fazer isso sem perder de vista a preparação da mão de obra local do setor, a organização e a requalificação do Centro Histórico da cidade, a inclusão social com os projetos de turismo de base comunitária, entre outros”, disse.

Para o subsecretário de Comunicação da Prefeitura de Manaus, Jack Serafim, Manaus tem grande potencial de se tornar um novo polo festivo e cultural do mundo. “Queremos, com o aplicativo,



Crédito: Divulgação Prefeitura

A Prefeitura de Manaus criou um planejamento estratégico para movimentar diversos setores da capital, incluindo o turismo



Diretora-presidente da ManausTur, Dra. Oreni Braga

Crédito: Divulgação Prefeitura

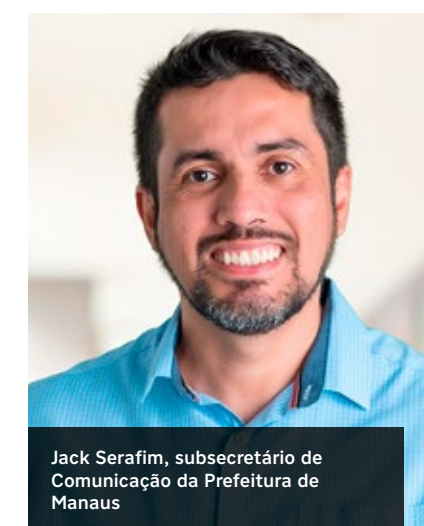
ultrapassar as fronteiras e permitir que Manaus seja conhecida. Será nosso cartão de visitas que há de se materializar, pelo menos uma vez no ano, através do Festival Sou Manaus - Passo a Paço”, afirma.

AÇÕES TURÍSTICA

O subsecretário detalhou as ações turísticas em cada uma das esferas da cidade, dando destaque aos próximos eventos e ao retorno do Boi Manaus, no mês de aniversário da capital, em outubro.

“O Centro está passando por uma revitalização e passará a ser um point também à noite. Voltaremos com o Boi Manaus durante o aniversário de Manaus no formato e no local de seu maior sucesso, além de mais um Natal e Ano-Novo surpreendentes”, diz.

“Manaus assume o turismo como uma forma de conectar o mundo à Amazônia, pregando como é possível preservar e produzir, ao mesmo tempo, transformando este instrumento, que é o turismo, como mais uma ferramenta de desenvolvimento e geração de oportunidades no meio da floresta”, completa.■



Jack Serafim, subsecretário de Comunicação da Prefeitura de Manaus

Crédito: Divulgação Prefeitura

“Queremos, com o aplicativo, ultrapassar as fronteiras e permitir que Manaus seja conhecida”

Jack Serafim, subsecretário de Comunicação da Prefeitura de Manaus.

Reconhecimento social

Stéphanie Agostinho dos Santos, 22, será a primeira pessoa com Síndrome de Down dama comendadora legalmente reconhecida no Brasil

Priscilla Peixoto – Da Revista Cenarium



A jovem mora em Manaus, desde o segundo mês de vida, e vai receber a homenagem no dia 26 de agosto, em Belém (PA)

Crédito: Arquivo Pessoal

MANAUAS (AM) – O VI Encontro Amazônico da Câmara Brasileira de Cultura, promovido pela Academia de Ciências e Artes, vai homenagear com a chamada Cruz do Reconhecimento Social e Cultural Stéphanie Agostinho dos Santos, 22. A condecorada, que mora em Manaus desde o segundo mês de vida, vai receber o título, no dia 26 de agosto, em Belém (PA), e será a primeira pessoa com Síndrome de Down com o título de dama comendadora (condecoração concedida a pessoas que se destacam em suas áreas de atuação) legalmente reconhecida no Brasil.

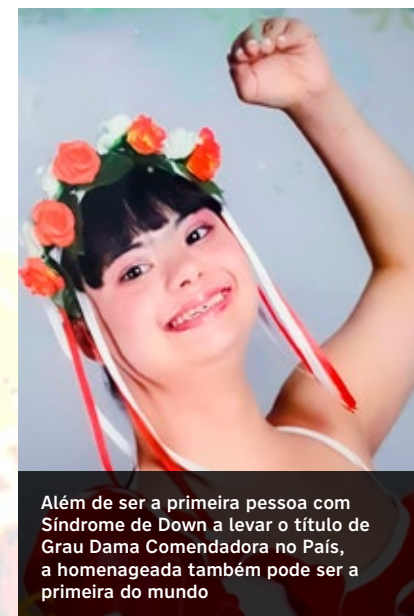
De acordo com o presidente da Associação de Pais e Amigos do Down no Amazonas (Apadam) e pai de Stéphanie, Omar Maia, além de ser a primeira pessoa com Síndrome de Down a ganhar o título de Grau Dama Comendadora no País, a homenageada também pode ser a primeira do mundo.

“O título vem por conta dos trabalhos, influências sociais e incentivo à inclusão. Inclusive, foi feito um levantamento pela CBC no qual foi constatado que no Brasil e, talvez no mundo, não exista nenhuma pessoa que foi laureada com título de Dama Comendadora que tenha Síndrome de Down”, ressalta o pai de Stéphanie.

INSPIRAÇÃO E INCENTIVO

Na leitura de Omar, Stéphanie é a prova de que, com o apoio e cuidados necessários, uma pessoa com Síndrome de Down pode levar uma vida o mais normal e inclusiva possível. Pai incentivador, Maia destaca as múltiplas atividades desenvolvidas pela filha, que serve de inspiração para outras pessoas Down.

“A homenagem pode até ser inédita, mas o exemplo de que as pessoas com Síndrome de Down só precisam de uma oportunidade para mostrar que são capazes já é algo que temos nos empenhado faz



Crédito: Arquivo Pessoal

Além de ser a primeira pessoa com Síndrome de Down a levar o título de Grau Dama Comendadora no País, a homenageada também pode ser a primeira do mundo

“A homenagem pode até ser inédita, mas o exemplo de que as pessoas com Síndrome de Down só precisam de uma oportunidade para mostrar que são capazes já é algo que temos nos empenhado faz um tempo”

Omar Maia – presidente da Apadam e pai de Stéphanie

um tempo e ela faz parte disso junto com outras integrantes da Apadam, principalmente por meio da dança. Há 5 anos, por exemplo, o Grupo de Dança da Apadam se apresenta em shows de boi-bumbá inclusivo, projeto do cantor Carlos Batata, do boi-bumbá Garantido”, conta Omar.

Além das apresentações valorizando a cultura local, Stéphanie e as amigas que formam o Grupo da Apadam também se dedicam à dança do ventre, desfiles, projetos e eventos inclusivos, chegando a viajar até para outros Estados, como Alagoas, São Paulo e Paraná. ■

O evento

Conforme o conselheiro regional norte da instituição, o comendador professor José Baptista Santos, o trabalho voltado para o reconhecimento de pessoas que se destacam na sociedade pela Câmara Brasileira de Cultura - Academia de Ciências é realizado há 25 anos. Na análise do comendador, a presença de Stéphanie, além de ser um reconhecimento, promove a valorização da inclusão.

“Acredito que a **Câmara Brasileira de Cultura** cumpre seu papel institucional, de reconhecer as pessoas e instituições que se destacam na sociedade. Fazer isso de forma inclusiva e por méritos, nos enche de alegria. É um alto comprometimento com os valores cívico-culturais. Engajamento com uma causa, onde de ‘vítima’ passou a ser uma agente de inspiração para a sociedade e para outros com algum tipo de deficiência”, avalia o conselheiro.

Um médico anfíbio

* Marcus Lacerda



Crédito: Acervo Pessoal

Houve um tempo em que se tornar um especialista em doenças infecciosas no Amazonas era um treinamento lato sensu. Todas as vezes que alguma doença desconhecida era notificada à Secretaria de Saúde, um dos jovens médicos residentes da Fundação de Medicina Tropical era convocado a conduzir a investigação in loco. Naquele mês, um possível surto de meningite fora notificado pelas autoridades sanitárias de Tonantins. Com uma mochila nas costas, prontamente, embarquei em um pequeno avião anfíbio, que decolou do aeroporto de Manaus e pousou, horas depois, sobre as águas barrentas e tranquilas do Rio Solimões. Fui recebido pelo secretário de Saúde e por um médico americano, um missionário que vivia ali com a família. Fomos até a ala de isolamento, onde estavam internados os pacientes.

Em locais distantes como Tonantins, a investigação epidemiológica estava focada em uma conversa detalhada com vários personagens: gestores, profissionais de saúde, pacientes e seus familiares. À época, computadores pessoais eram pouco práticos e custosos, motivo pelo qual eu andava com um caderninho com capa de couro, no qual anotava tudo o que ouvia. É preciso, inicialmente, quebrar a barreira da comunicação com pessoas isoladas geograficamente, que aprenderam, ao longo de sua história, que os visitantes nem sempre estão bem-intencionados. Investigando o caso índice, ou seja, o primeiro paciente que apresentou a misteriosa doença, foi possível detectar que a própria unidade

de saúde onde a população era atendida foi o local do contágio dos demais. O posto não tinha ventilação adequada e encurralava inocentes usuários do sistema de saúde em uma sala pequena e sombria. No interior do Amazonas, a presença de pequenas salas refrigeradas com aparelhos de ar-condicionado transmite mais ideia de luxo e cuidado do que amplos espaços abertos, rodeados de floresta tropical, ou seja, o contrassenso das premissas da arquitetura em saúde e da segurança do paciente.

O médico, único da região, cujo português com sotaque soava como o de alguém que vivia ali há um tempo razoável, prontamente iniciou os antibióticos disponíveis assim que detectou o aumento de casos de uma doença febril com comprometimento do sistema nervoso, o que sugeria o diagnóstico de meningite infecciosa. A atitude acertada, na ausência de um bom laboratório de análises clínicas no município, pode ter sido responsável pela não ocorrência de mortes. Quando eu entrei na enfermaria improvisada, dei de cara com pessoas de todas as idades, em franca recuperação, muitas delas com lesões acastanhadas na pele. Imediatamente, concluí que se tratava de doença meningocócica, cujas lesões necróticas na pele são marcantes. Anotações breves no meu caderninho ensinavam o fim da investigação da causa da meningite. Anotações essas que eram tão breves e ingênuas quanto minha astúcia clínica.

Um dos pacientes me confidenciou que a tintura à base de jenipapo havia salvado

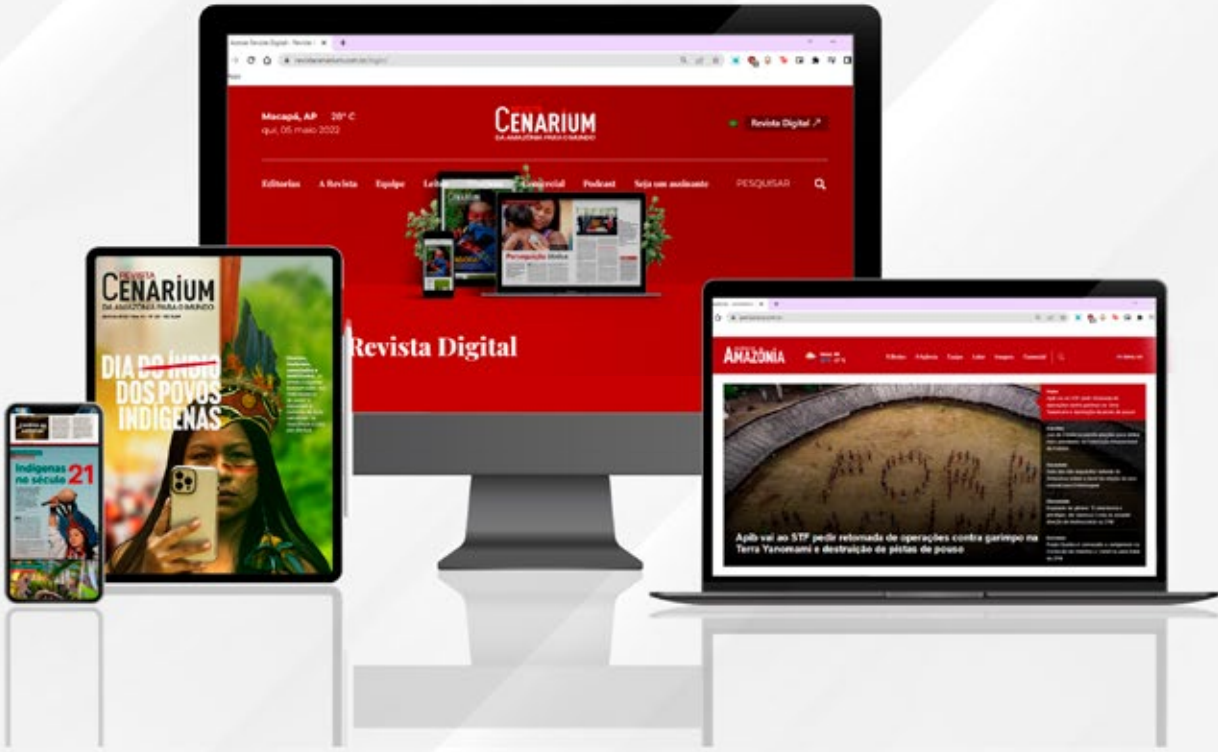
sua vida. Foi quando me dei conta de que as lesões que eu espertamente havia julgado serem resultado da infecção bacteriana não passavam de fitoterapia tópica, usada na Amazônia não apenas para curar doenças, mas também para fazer tatuagens. Decidi acordar às 5 horas da manhã do dia seguinte para coletar amostras de líquido cerebral, para exames mais detalhados em Manaus. Eu havia levado várias agulhas descartáveis e, entre 5 e 9 horas da manhã, extraí centenas de gotas do líquido que reveste a medula espinhal, de 30 pessoas, antes da partida do nosso avião anfíbio.

Chegando em Manaus, ainda no final da manhã de um domingo ensolarado, fui direto do aeroporto para o laboratório de bacteriologia do hospital, na tentativa de ainda isolar alguma bactéria. Rossicleia, a chefe do laboratório, achou que se tratava de uma piada examinar 30 amostras de líquido cefalorraquidiano em um, aparentemente, tranquilo plantão de domingo. Nunca soubemos a causa da meningite, mas eu aprendi muito sobre o jenipapo e as suas propriedades curativas.

Aviões anfíbios decolam e pousam na terra ou na água. Médicos anfíbios são aqueles que transitam entre o mundo cosmopolita e o rural, entre a conversa com o seu paciente e a bancada do laboratório, entre o conhecido e o desconhecido. O médico anfíbio é o elo perdido entre o Brasil que conhecemos e aquele que se esconde de nós. ■

(*) Médico Infectologista.

Associe sua marca à Cenarium Amazônia.



ANUNCIE CONOSCO!
Entre em contato através

+55 92 98594 9606 comercial@revistacenarium.com.br

revistacenarium.com.br

CENARIUM

+de

10 MIL

EXPERIÊNCIAS REALIZADAS.

#PartiuViajar



GRACCO

VIAGENS E TURISMO

Nossa missão é te ajudar a viver
experiências inesquecíveis!

Pacote de viagens

Passagens aéreas

Hotéis e Resorts

Passeios

Aluguel de carro

Seguro viagem

Assessoria de visto EUA

E muito mais!



#PartiuViajar



Escolha seu próximo destino,
aponte a câmera do seu celular
e solicite uma cotação!

